



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 044

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 19 DE MAIO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i>	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i>	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSB</i>	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Nelsinho Dal Santos - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio (em licença) - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse (em licença) - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk (em licença); PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

Atos da Presidência:

ATO DO PRESIDENTE Nº 03/2004

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Título II, Sessão III, Artigo 34, combinado com o Inciso XIII, Artigo 20, do Regimento Interno.

D E C L A R A :

Constituída a Comissão Parlamentar Especial, composta por Senhores Deputados da Região Oeste do Paraná, conforme requerimento recebido pela Mesa, na Sessão do Dia 01 de Março de 2004, de autoria dos Senhores Deputados Chico Noroeste e Reni Pereira, com fundamento no §3º do artigo 62 da Constituição Estadual, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, gestione junto ao Governo do Estado, providências imediatas para solucionar grave problema que preocupa a comunidade paranaense, a direção da instituição de ensino superior e a classe acadêmica, referente à falta de professores na UNIOESTE.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09.03.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO
Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 08/2004

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Título II, Sessão III, Artigo 34, combinado com o Inciso XIII, Artigo 20, do Regimento Interno.

D E C L A R A :

Desconstituída a Frente Parlamentar Universidade para Todos, conforme Requerimento recebido pela Mesa, no dia 11 de maio de 2004, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, que solicita o cancelamento do Ato do presidente nº 07/2004, devido a necessidade de mais acurada avaliação de objetivos e maior clareza de propósitos da Frente Parlamentar criada.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18.05.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO
Presidente

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 041ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2004

(quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silveira Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelsinho Dal Santos, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 011/2004

Curitiba, 13 de maio de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para apreciação por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei, acompanhado da respectiva justificativa, que autoriza o Poder Executivo ceder ao Poder Judiciário imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado nesta Capital, com área de 70.009.71 m², objeto da matrícula nº 43.404 e da transcrição nº 16.636 livro 3-P, ambas da 2ª Circunscrição Imobiliária da Capital, transcrição nº 5.864, livro 3-C, da 1ª Circunscrição Imobiliária da Capital e da transcrição nº 7.365, livro 3-G, da 6ª Circunscrição Imobiliária da Capital, destinado à implantação do Centro Judiciário do Ahú.

Certo de que a proposta merecerá de V. Exa. e dos eminentes Parlamentares que honram essa colenda Casa,

o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevada estima e consideração.

(a) OTO LUIZ SPONHOLZ

Governador do Estado, em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Poder Judiciário o imóvel com área de 70.009,71 m², objeto da matrícula nº 43.404, e da transcrição nº 16.636, livro 3 -P, ambas da 2ª Circunscrição Imobiliária da Capital, transcrição nº 5.864, livro 3-C da 1ª Circunscrição Imobiliária da Capital, onde está instalada a Prisão Provisória de Curitiba, para a implantação e funcionamento do Centro Judiciário do Ahú, tornando-se, automaticamente, sem efeito a referida cessão, na hipótese de alteração da finalidade aqui expressa.

Art. 2º - O Chefe do Poder Executivo baixará Decreto criando comissão, com vista à elaboração dos estudos necessários à implementação da medida de que trata esta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto de lei, que objetiva autorizar a cessão de imóvel, pelo Poder Executivo ao Poder Judiciário, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da coletividade, eis que se pretende instalar no local o Centro Judiciário do Ahú, de modo a concentrar num mesmo espaço físico todos os serviços da Justiça Estadual do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Na área, de densa concentração populacional, atualmente estão instaladas a Prisão Provisória de Curitiba, o Centro de Observação Criminológica e Triagem, o Departamento Penitenciário do Estado e seus órgãos auxiliares, bem como o Batalhão de Polícia de Guarda - BPGD.

Necessário destacar a importância dessa medida e as vantagens da instalação desse Centro Judiciário.

1. Centralização e unificação dos Órgãos da Justiça Estadual de Primeiro Grau num mesmo espaço físico, facilitando o acesso à Justiça por parte da população.

Atualmente a prestação dos serviços jurisdicionais é dificultada pela carência de recursos físicos e operacionais, pois os órgãos judiciários estão espalhados por diversas regiões da cidade e distantes uns dos outros.

As Varas Criminais, Cíveis, Fazenda Pública, de Família, de Execuções Penais, os Juizados Especiais e os órgãos do Ministério Público de Primeiro Grau estão esparsos, dificultando o acesso da população, que precisa

realizar um verdadeiro périplo para, em muitas ocasiões, ver atendido o seu direito de cidadania.

Por outro lado, o Poder Judiciário aguarda, há mais de vinte anos um imóvel e espaço físico que pudesse abrigar os seus diversos órgãos, de forma adequada e racional, para uma efetiva prestação jurisdicional, em benefício da sociedade.

A construção inacabada, no Centro Cívico, era uma esperança nesse sentido. Hoje, além da deterioração das obras, temos outro fator fundamental a considerar: a obsolescência do projeto. Para os fins a que se destinava originalmente, seria necessária hoje uma área de 75.000 m², espaço impossível de local na praça Nossa Senhora de Salette. Por outro lado, a edificação, com as reformas a serem feitas, poderá ser plenamente aproveitada pelo Poder Executivo.

Assim, o almejado Centro Judiciário terá muito maior capacidade de absorção dos serviços jurisdicionais, além de outros benefícios aos jurisdicionados.

2. Desativação na área urbana de unidade prisional de grande porte.

O Sistema Penitenciário não sofrerá prejuízos com a medida.

Propõe-se a construção, em Piraquara, município que já abriga considerável número de unidades penais, de nova Penitenciária, com capacidade para 900 (novecentas) vagas, de modo a abrigar a população carcerária hoje existente no Complexo do Ahú.

Ressalte-se, também, que aquela unidade prisional está situada em prédio tombado pelo Patrimônio Histórico, o qual, restaurado, poderá bem atender aos serviços judiciais objeto da presente proposta. como prisão, entretanto, a edificação já não mantém as qualidades exigidas pela modernidade, sendo visíveis os seus aspectos de construção obsoleta.

3. Eliminação dos altos custos de alugueres pagos pelo Poder Judiciário.

Atualmente, o Poder Judiciário, na Capital, arca com pesados ônus decorrentes de alugueres de imóveis onde estão instalados vários dos seus serviços, atingindo cifras insuportáveis.

O Poder Executivo, por sua vez, também arca com altas cifras em alugueres, pertinentes a instalações judiciárias, como, por exemplo, com o imóvel onde se acha instalado o Tribunal de Alçada.

Assim, Senhor Presidente, em nome do Poder Executivo, que neste momento represento, conto com a sensibilidade e o elevado espírito público de V. Exa. e dos demais ilustres Parlamentares que integram e honram o Poder Legislativo do Estado do Paraná, no sentido de aprovação da proposta de cessão de imóvel para implantação do Centro Judiciário do Ahú, que proporcionará racionalidade na operação das atividades judiciárias, atendendo aos anseios de toda a população.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIO Nº 052/2004

Curitiba, 28.04.2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 0051/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 061/2004, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que os estabelecimentos enquadrados nos programas Bom Emprego; Apoio ao Investimento Produtivo - Paraná Mais Empregos e no Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Social do Paraná PRODEPAR, poderão quitar os créditos tributários parcelados em 48 (quarenta e oito) meses, tendo o veto parcial apostado incidido sobre o artigo 3º.

O questionado artigo 3º, permissivo de quitação com utilização de precatórios vencidos até 31 de dezembro de 2003, foi vetado porque, segundo parecer da Secretaria de Estado da Fazenda, se acatado, ensejaria perigoso procedente que viria comprometer a receita corrente estadual, com conseqüências muito graves do ponto de vista das finanças do Paraná.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 905

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja destinado o tempo do Grande Expediente para que possam fazer o uso da palavra representantes da Faculdade Internacional de Curitiba - FACINTER, os senhores Diretor, Wilson Picler e o Coordenador do Curso, Marcos Silva, e do representante do Centro Acadêmico do Curso de Ciências Políticas, Fábio Hernández, para explanarem sobre o curso de Ciência Política daquela Faculdade.

Justifica-se o presente requerimento por ser o único Curso de Ciências Políticas implantado em nosso Estado. E como nossa Casa é política, muito devemos interagir com a instituição formadora de cientistas políticos e na contribuição de nossos políticos.

Sala das Sessões, em 19.05.2004.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 195/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Bispo Auxiliar de Curitiba, Dom Ladislau Biernaski.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.05.2004.

(aa) ELTON CARLOS WELTER, LUCIANA RAFAGNIN, PADRE PAULO CAMPOS, NELSON DAL SANTOS, ANDRÉ VARGAS e PEDRO IVO ILKIV.

JUSTIFICATIVA:

Dom Ladislau Biernaski nasceu em Campo Magro, então Município de Almirante Tamandaré, na Região Metropolitana de Curitiba, no dia 24 de outubro de 1937. Seu pai Francisco Biernaski e sua mãe Carolina Valenga Biernaski, imigrantes poloneses, tiveram 9 filhos e sempre trabalharam na agricultura. Esta origem marca a trajetória episcopal de Dom Ladislau, que sempre entendeu e se preocupou com os problemas dos povos camponeses. Ainda menino, com 13 anos, ingressou no Seminário Menor S. Vicente de Paulo, em Curitiba. Fez o curso colegial, estudou filosofia no Instituto dos Franciscanos e teologia no Studium Theologicus, sempre na Capital paranaense. Entre 1963 e 1965 estudou Filosofia no Institut Catholique, em Paris.

Voltando ao Brasil foi professor e Diretor do Seminário Menor e Provincial dos Padres Vicentinos. Foi Diretor do jornal polonês "LUD" e membro da Faculdade S. Vicente de Paulo da Rádio Cambiju de Araucária. Seu trabalho junto à Conferência dos Religiosos do Brasil o levou a ser eleito Presidente dessa entidade em 1977.

Em 28 de abril de 1979 foi nomeado Bispo Auxiliar de Curitiba e ordenado em Roma, juntamente com outros trinta bispos do mundo inteiro, pelas mãos de S. S. Papa João Paulo II. Logo em seguida à ordenação na Basílica São Pedro, acompanhou o papa em sua visita à Polônia.

Desde o início de seu bispado trabalhou como responsável pela área do interior da Arquidiocese de Curitiba, que inclui atualmente 24 Municípios, com 44 paróquias e mais de 800 capelas, atendendo uma população de mais de 1 milhão de habitantes. Junto a esse povo, nesses 25 anos, Dom Ladislau tem sido presença fraterna e solidária.

Outro destaque de seu trabalho na Arquidiocese de Curitiba é o acompanhamento às Pastorais Sociais, o que tem lhe colocado à frente de lutas importantes da Igreja do Brasil, como as Semanas Sociais Brasileiras e o Movimento pela ética na política.

Em nível regional, foi Secretário Executivo da CNBB Sul II durante os anos de 1979-1980 e nomeado Bispo acompanhante da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e da CPO (Comissão Pastoral Operária), além de ser responsável pela Dimensão Missionária no regional. Sua atuação marcante nessas pastorais o levou a ser escolhido para representar a CNBB numa visita à Polônia na década de 80, juntamente com um grupo de agentes de pastoral brasileiros que se encontraram com o Grupo Solidariedade. O intercâmbio de experiências, principalmente no que diz respeito à autogestão e produção solidária, serviu de estímulo para o trabalho das pastorais sociais brasileiras.

Desde São José dos Pinhais, onde residiu durante esses 25 anos de bispado, Dom Ladislau se manteve fiel ao trabalho pastoral e às dimensões missionária, evangelizadora e social da Igreja do Brasil. Sempre trabalhando em equipe, foi um dos responsáveis pelo elogiado trabalho de elaboração de subsídios catequéticos feito na Arquidiocese de Curitiba. A produção anual do livro Caminhando, com tiragem de 30 mil exemplares é um exemplo da preocupação evangelizadora que marcam o trabalho de Dom Ladislau Biernaski, Bispo e cidadão.

Por toda essa trajetória, consideramos Dom Ladislau merecedor do Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 196/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Dia Estadual da Comunidade Ucraniana, a ser comemorado no dia 24 de agosto de cada ano.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.05.2004.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

A etnia e comunidade ucraniana têm com o estado do Paraná, uma rica e significativa história de cooperação. Grande parte do desenvolvimento do Estado se deve aos ucranianos que desde o século XIX têm imigrado para contribuir com a cultura, economia e sociedade paranaenses.

Até quase fins do século XIX, os ucranianos permaneciam arraigados nas terras dos seus ascendentes, situados no leste europeu, no norte do Mar Negro. Dona de uma história rica e peculiar a Ucrânia foi, durante a idade média, uma das nações mais desenvolvidas do mundo. Vanguarda dos movimentos artísticos e culturais, Kiev, sua Capital, foi um fator de grande influência política na Europa, devido aos seus contatos com o Império Bizantino, Polônia, Boêmia, Hungria, Bulgária e Escandinávia, enquanto cidades como Lviv, Poltava,

Yalta, Odessa e Kherson são grandes monumentos à história da humanidade. Não há como negar a rica história dos cavaleiros cossacos, a leveza e beleza da dança folclórica, a fina arte das pêsankas e bordados tradicionais.

Os impactos de vários movimentos, guerras, a servidão e ocorrências da vida moderna impeliram então, indivíduos isolados e grupos inteiros a emigrar para além das fronteiras da sua terra.

Estima-se que sessenta mil ucranianos imigraram para o Paraná, e que formam hoje, uma comunidade de aproximadamente trezentos e cinquenta mil pessoas, perfazendo uma população que se integrou socialmente a diversas e importantes Cidades do Estado, principalmente Curitiba e Região Metropolitana, Prudentópolis, Mallet, Palmital, Reserva, Santa Maria do Oeste, Cruz Machado, Rebouças, Paula Freitas, Paulo Frontin, Rio Azul, União da Vitória, Irati, Pitanga, Ivaí, Roncador, Guarapuava, Ponta Grossa, entre outras. A grande maioria destes, tem sua origem na Ucrânia Ocidental, atraídos pela oferta de terras, empregos e pelo clima similar ao da pátria natal. Se inicialmente tiveram dificuldades, logo integram-se ao País e passaram a contribuir com a formação e uma nova sociedade.

Os ucranianos, pioneiros do cooperativismo promoveram, junto a outras etnias, a construção de uma grandiosa economia agrícola que viria a transformar o Paraná num grande celeiro, um Estado moderno e avançado, pronto para enfrentar os desafios do porvir. Muitos dos expoentes da sociedade paranaense são de origem ucraniana, entre tantos outros, citemos a poetisa Helena Kolody, o artista Miguel Bakun e a grande atriz de reconhecimento internacional Denise Stoklos.

Hoje as marcas dos ucranianos são visíveis por todo o Paraná, seja no traço físico peculiar, seja na arquitetura, nos parques, na educação, ciência, monumentos, na sociedade, na religiosidade, gastronomia e cultura do Estado. Somente na Cidade de Prudentópolis, esses imigrantes e seus descendentes constituem aproximadamente 75% da população.

A homenagem aos ucranianos no Paraná urge pela observação de que esta etnia em muito contribui para a consagração de uma sociedade desenvolvida, cosmopolita e grandiosa.

Proponho então que ocorra no nosso Estado, em cada 24 de agosto, o Dia Estadual da Comunidade Ucraniana, como reconhecimento à cultura e população ucraniana que tanto orgulham o Paraná.

A escolha desta data para este fim, justifica-se pelo fato de que um dos maiores anseios, tanto dos imigrantes ucranianos, quanto de seus descendentes, sempre foi o anseio pela independência de seu país de origem. Este anseio foi o elo que os uniu e estimulou a preservar os valores culturais e religiosos, trazidos da pátria-mãe, e a

independência da Ucrânia ocorreu justamente no dia 24 de agosto de 1991.

PROJETO DE LEI Nº 197/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Inácio Martins, Cidade de Inácio Martins, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.05.2004.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Em conformidade com a Lei nº 6994/78, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública de Sociedades Cívis, Associações e Fundações constituídas no Estado do Paraná, estamos apresentando a presente proposição, para declarar de Utilidade Pública a APAE de Inácio Martins, com sede e foro no Município de Inácio Martins/PR.

Fundada em 08 de agosto de 1998, a entidade tem por objetivo e finalidade, de acordo com seu estatuto, de amparar e garantir aos excepcionais melhores condições de sobrevivência.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (Herma Brandão)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna hoje, porque tivemos, na quarta-feira passada, uma audiência pública aqui nesta Casa, da Comissão de Educação, e queria primeiro agradecer a compreensão dessa Presidência por ter liberado o grande auditório do plenário maior, quando tínhamos, em princípio, a idéia de fazê-la no plenarinho. Por termos tido um número muito acima daquilo que era esperado de pessoas - em princípio aguardávamos cerca de cento e cinquenta e vieram mais de oitocentas - tivemos que tomar a iniciativa de fazermos essa reunião aqui no plenário maior, isso junto com o Deputado Ratinho e outros Deputados da Comissão de Educação.

E ontem tivemos uma reunião com a Chefe do Núcleo, a professora Sheila, e também com as pessoas responsáveis pelo EJA, o Ministério Público, a Prefeitura de Curitiba e os moradores de diversas regiões de Curitiba e conseguimos Sr. Presidente, resolver um problema que já vinha há cerca de um ano se arrastando com

relação aos cursos do EJA Presencial e também do EJA Semi-Presencial.

É importante ressaltarmos que isso será possível graças à compreensão da Secretaria da Educação do Estado do Paraná e das pessoas que compõem o Núcleo de Educação de Jovens e Adultos. Essas audiências públicas vêm sendo feitas já há algum tempo e, da mesma forma fizemos essa, fizemos também em Londrina e Maringá, onde a Deputada Cida Borghetti, o Deputado Barbosa estiveram presentes, para buscar intermediar um problema que temos hoje, com a suspensão de cerca de 43 concursos vestibulares nas nossas cinco universidades.

Em Maringá, onde há um número maior de cursos que tiveram os seus vestibulares suspensos, nós temos algumas situações que são absolutamente dramáticas: casos de concursos que no vestibular anterior tinham doze candidatos por vagas e no último tiveram apenas um inscrito, porque há uma expectativa de que esses cursos não tenham continuidade.

Nós tivemos uma audiência em Maringá com a Deputada Cida Borghetti e com o Deputado Padre Paulo, que começou por volta das vinte horas e foi até meia-noite e meia, faremos a última agora em Cascavel, e pretendemos trazer a esta Casa um relatório sobre a situação em que se encontram as nossas Universidades. Temos já pedido ao Secretário Aldair Rizzi - que sempre nos tem atendido - uma relação dos cursos, por que eles estão sendo suspensos, qual o resultado daquele grupo de estudos que ficou responsável por fazer uma radiografia dos cursos, e até agora não foi possível obter respostas, mas acredito que acontecerá nos próximos dias.

Pretendo, então, junto com a Comissão de Educação, trazer a esta Casa um relatório, porque alguns cursos que estão sendo suspensos, têm a necessidade absoluta de continuarem em nosso Estado e citaria, por exemplo, o curso de Modas e Designer, de Cianorte, onde vinte e cinco mil pessoas, de cinquenta mil, trabalham na área de confecção.

Os cursos de Ponta Grossa, um deles Química Ambiental, só três no Brasil, o outro, apenas um nas universidades estaduais; o curso de Enfermagem de Ponta Grossa, é o único curso que está sendo feito desde o primeiro ano, e o Deputado Jocelito acompanhou a audiência pública em Ponta Grossa desde o primeiro ano, junto com a Prefeitura.

Diversos cursos estão sendo feitos em Maringá e têm reconhecimento internacional e nacional; curso como o de Zootecnia, de Londrina, que tem quinze anos, e este ano teve o seu vestibular de inverno suspenso.

Então, diversos desses cursos não têm absolutamente nenhum sentido em estarem incluídos naquele rol de 42, 43 que tiveram os seus vestibulares suspensos.

Então, vamos aguardar, nos próximos dias, fecharmos esse circuito de audiências públicas e depois

procuraremos fazer, nesta Casa, um grande ato em defesa das nossas universidades.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo-lhe mais um minuto.

O SR. TADEU VENERI

Nós pretendemos, Srs. Deputados de todas as regiões do Estado do Paraná, trazer, não apenas os reitores, mas também os pesquisadores, apresentar tudo aquilo que elas têm feito para o Estado do Paraná, que certamente muito do que as nossas universidades fazem, pouco se conhece. E, por se conhecer talvez muitas das críticas que nós temos escutado, nós, ao verificarmos em cada uma das universidades, saibamos que elas não são necessariamente procedentes.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu tenho tido o cuidado de trazer sempre a satisfação aos Deputados pelas audiências que fazemos, e espero que, num breve período, possamos aqui estar conhecendo, de fato, aquilo que as nossas universidades fazem, aquilo que produzem e o reconhecimento de que o nosso Estado não seria esse, se não tivéssemos as nossas universidades.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Próximo orador inscrito, Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A princípio, ontem, o Deputado Artagão de Mattos Leão mostrou um documento, o jornal que publicou uma matéria e parece que a Rede Globo andou publicando qualquer coisa nesse sentido, de que uma concessionária está proibindo as pessoas de venderem pinhão ao longo das rodovias, e que estão retirando aquelas famílias humildes, pobres, que sobrevivem da venda de pinhão.

Eu gostaria aqui, Sr. Presidente, de fazer um relato. Essas pessoas que tiveram às margens das rodovias e que catam pinhão ou compram pinhão do produtor e revendem às margens da rodovia, estão exatamente sustentando as suas famílias com aquela venda diária. Dia que chove, dificuldade para fazer isso. Dia que tem sol, faz o máximo que pode para garantir um dinheirinho para sobreviver com a sua família, e de repente, vem um indecente de um proprietário milionário de uma rodovia, de um pedágio, quer proibir pessoas humildes de ganharem o seu dinheiro! E, claro, ele já ganha dinheiro suficiente, tem um grande capital, fatura bem: se chover, ganha, se não chover, ganha, e agora quer incomodar a vida dessas pessoas mais humildes, que sobrevivem diariamente daquela quantia que arrecadam ali!

Eu queria fazer um apelo, através desta Casa a essa concessionária que tivesse respeito com o povo. E não venha com papo-furado que é proibido, que coloca em risco a vida da pessoa; quem trabalha na rodovia sabe o risco que corre. Risco de morte você corre a cada

instante, entrou no carro, você já corre risco de morte, então, tem que parar com essa frescura de que o cara que está na rodovia pode ser atropelado e a concessionária é responsável; tem que deixar as pessoas trabalharem. Neste país que tanto se prometeu emprego, quando um pobre coitado tem lá uma vendinha diária para colocar o pão na sua mesa, aparece alguém querendo atrapalhar!

Faço um apelo nesta Casa, para que a concessionária que está fazendo isso tenha respeito com as pessoas mais humildes. Esse tipo de venda é muito antigo. Isso é muito além das concessionárias. Isso é muito além da história do pedágio no Paraná. É o mesmo que ocorreu lá em Ponta Grossa, quando agora o tal dos direitos autorais - que não serve para nada, - ninguém nunca viu uma prestação de contas do tal dos direitos autorais.

Então, eles ontem fizeram uma blitz de novo em Ponta Grossa e tomaram CD pirata...

(Término do tempo)

(O orador que usa a tribuna passa a usar o Horário do PTB)

...das pessoas, tiraram, levaram, pessoas choraram, pessoas entraram em pânico e aí queriam até prendê-las!

Sabem por que tem CD pirata neste País? Porque, infelizmente, esses grandes cantores e compositores cobram muito caro! Se eles tivessem um pouquinho de respeito a quem lhes ouve, fariam mais barato o CD, mais baratinho, aí ninguém iria piratear, não; podia comprar o CD original, mas infelizmente, querem cobrar 50, 60 um CD, aí os caras pirateiam mesmo, para ganhar dinheiro!

Agora, eu acho engraçado; encontrar os coitadinhos que vendem CD, eles encontram. Agora, por que não acham os malandros deste País, os sonegadores da receita?

Por que não pegam aquelas Bancadas que têm por aí, políticas, no Congresso, que defendem os grandes devedores dos Bancos, especialmente o Banco do Brasil? Dívidas são renegociadas, às escuras, muitas vezes, porque há um acordo de Bancadas que defendem produtores! Mas aí, pode! Agora, o CD do coitadinho que compra e que vende, é ferro nele, porque é coitado, porque é crime!

Crime para mim, Sr. Presidente, é prometer 10 milhões de empregos e não gerar nada! Isto é crime! Quem prometeu 10 milhões de emprego? Por que não dão emprego para esse povo? Dá emprego! Aí o cara não precisa vender CD pirata! Dá emprego para esse povo pobre, arruma emprego para ele, daí ele pára de arriscar a vida, pára de comprar CD pirata, pára de contrabandear, pára de ser mochileiro! Arruma emprego para ele! Agora, ele fica na esperança -ah, entrou um presidente, presidente que é do povo, que é metalúrgico, que vai arrumar emprego para o povo... E o que fez? Cadê os 10 milhões? Estão lá os parentes sendo empregados, está lá conselho não sei do quê, comprou avião, comprou não sei o quê, agora, emprego que é bom, não tem, e aí fica mentindo!

Então, crime, para mim não é quem vende pinhão. Crime, para mim, não é o coitadinho que vende CD e perde tudo o que ele tinha. Crime, é político que prometeu dez milhões de empregos e não teve a dignidade de gerar empregos para esses coitados!

Eu vou defendê-los, sim, até onde eu puder. Os que não gostarem, que não gostem! Eu vou defendê-los, porque, quem prometeu emprego, que cumpra! Enquanto não arrumar emprego para esse povo mais pobre, mandem fiscalizar os tubarões deste País!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Próximo orador inscrito, Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná instalou a CPI da Reforma Agrária há mais de trinta dias, e confesso, tanto eu como o Presidente desta Comissão, Deputado José Maria, o Vice-Presidente, Deputado Braddock e diversos outros Deputados que integram esta Comissão, nunca usamos o expediente da Sessão da Assembléia Legislativa para fazer qualquer consideração que envolve o trabalho dessa CPI.

Hoje, eu sou obrigado a vir a esta tribuna, fazer algumas considerações que acho importante que a sociedade do Paraná, e, principalmente a imprensa no nosso Estado, saibam e que fique registrado nos Anais desta Sessão de hoje.

Iniciamos o trabalho com total imparcialidade, como estamos conduzindo o trabalho dessa CPI. Os Deputados Padre Paulo e Elton Welter são membros dessa CPI. Manifestamo-nos o mínimo possível em relação aos trabalhos dessa Comissão. Devo confessar-lhe, senhores, que não está fácil encontrar as pessoas que estão ligadas ao Movimento dos Sem-Terra, para serem intimados. Em nenhum momento esta Presidência, o Relator dessa CPI, ou qualquer um membro tem tornado público a convocação de qualquer um para depor na CPI, antes da localização dos mesmos, até para que prevaleça e permaneça o bom entendimento.

Mas, eu disse que não é fácil, não foi fácil, não está sendo fácil de localizar as pessoas. Os coordenadores do Movimento dos Sem-Terra da região Norte, seja de Querência do Norte, tanto o Sr. Becker, como o Sr. Pedro Álvares Cabral, é muito difícil localizá-los. Agora mandamos intimá-los.

Não foi fácil localizar os administradores da Cooperativa COANA, também de Querência do Norte. Quando localizamos a Sra. Marli Brambila, no começo do mês, e antes de tornar público, nós fomos conversar com ela através da assessoria da CPI e dos que foram levar a intimação. Ela se negou a assiná-la, para comparecer dia 12, quarta-feira próxima passada.

Não transmitimos à imprensa e nem oficializamos isso na reunião da CPI.

Depois que ela se negou a assinar, o nosso pessoal procurou-a novamente. Ela mandou um ofício, Sr. Presidente, dizendo que não poderia comparecer no dia 12, porque tinha compromissos já agendados, na Cidade de Ponta Grossa.

Primeiro, os trabalhos da CPI são muito mais importantes que qualquer outro compromisso particular que a pessoa tenha, mas, nós respeitamos a senhora Marli.

Como ela se colocou à disposição para uma próxima data, nós a intimamos. Ela assinou, comprometendo-se estar hoje aqui na Assembléia Legislativa, na CPI.

Qual a nossa surpresa? Ontem, no final da tarde, Deputado Hermas Brandão, Presidente desta Casa, fomos surpreendidos com um ofício enviado pela Sra. Marli, dirigido à nossa pessoa, dizendo que não poderia comparecer por motivo de saúde, mas ele não veio acompanhado de atestado de saúde e nem de atestado médico! O que nos causa estranheza é que ela manda o ofício e não procura, exatamente, marcar uma nova data!

Cabe a mim, como Presidente, esclarecer à Casa Legislativa, aos deputados; no mínimo, desconfiar que os integrantes do MST ou do Movimento Sem-terra estão se esquivando de comparecer aos trabalhos dessa CPI.

Falamos de manhã, com a nossa assessoria de imprensa. Deve sair no dia de amanhã em toda a imprensa: se as pessoas não vierem e se nós não as localizarmos, serão convocadas via judicial. Tudo tem limite. Nós não podemos ser taxados, até insinuações estão acontecendo, dizendo que a CPI está apenas ouvindo os proprietários das terras.

Estamos ouvindo os dois lados, entidades também, mas não podemos fazer nada se as pessoas negam de comparecer à CPI! Se não as localizarmos essa semana, na próxima serão convocadas via judicial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Pela Ordem de inscrição, Deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Temos tomado conhecimento, através da imprensa, de uma série de fatos relativos ao nosso companheiro de Bancada, Deputado Waldir Leite, que nesta Casa representa o Município de Paranaguá. E, por inúmeras vezes, eu particularmente desde o início da discussão das denúncias referentes ao Porto, tive oportunidade de conversar com o Deputado Leite, de inquiri-lo, de perguntar-lhe a respeito das suas atividades no Município de Paranaguá, se haveria algum fato que pudesse prejudicar a sua participação na CPI. Em todos os momentos o Deputado Leite sempre afirmou, categoricamente, que não possuía nenhum fato que o impedisse de atuar livremente no desvendamento dos problemas apresentados em relação ao Porto.

Temos visto tentativas sucessivas de vinculá-lo a determinadas empresas, que em momento algum prestaram qualquer tipo de serviço ao Porto de Paranaguá, ou à APPA, ou à administração do Porto.

Queremos, Sr. Presidente, solicitar à Presidência desta Casa, que requeira ao Governo do Estado, através da Liderança do Governo, ou através do Superintendente do Porto, que remeta a esta Casa com a máxima urgência, qualquer tipo de documentação que comprove a participação do Deputado Leite em alguma empresa que em algum momento tenha tido contrato com o Porto de Paranaguá.

Queria esclarecer ao Deputado Rafael, que guarda portuário é um serviço que é prestado dentro do Porto; é como se fosse uma segurança do Porto e faz ficha das pessoas que lá vão a qualquer título, seja para uma visita, seja para uma prestação de serviços, enfim, a qualquer título for que alguém adentre os portões do Porto, imediatamente a guarda portuária faz uma identificação para que essa pessoa possa trafegar outras vezes que lá esteja. Esta ficha não tem nada a ver. Em momento nenhum essa empresa tem qualquer vinculação com o que tem sido afirmado. Quero reiterar aqui, que essa ficha seja utilizada para um Pedido de Informações por parte da Presidência desta Casa ao Governo, reiterando o pedido, porque se há esse contrato, se há essa relação de trabalho, tenho certeza que imediatamente, não só o Deputado Leite, mas o próprio Partido vai dar o Deputado como impedido de participar da CPI. Ele em todos os momentos tem reiterado afirmativamente que não possui e nunca possuiu qualquer ligação.

Requeiro que seja feito um pedido à Junta Comercial do Estado do Paraná, de todas as empresas onde Waldir Leite seja sócio ou tenha participação acionária e que também seja remetido qualquer contrato, com essas empresas, onde ele tenha essa sociedade. Acho que isso é muito importante.

Quero aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, para reiterar um pedido que temos nesta Casa, que é da nossa TV Assembléia. Seria muito importante que a nossa TV Assembléia, em um dia como hoje, estivesse aqui filmando, para que pudéssemos dizer isso, e isso fosse para toda a população do Paraná, porque muitas vezes, o mau dessa ficha publicada em diversos jornais, acaba causando uma distorção, sem que o Deputado Leite tenha condições de responder na mesma intensidade e colocar a sua verdade à disposição do povo do Paraná.

É muito importante, Presidente Hermas Brandão - volto a reiterar - o funcionamento da nossa TV Assembléia, para que possamos, em todas as oportunidades, colocar essas discussões a limpo. Mesmo sobre o assunto que vamos tratar logo depois. Tivemos uma pessoa que veio à tribuna e fez uma série de colocações. Hoje teremos técnicos que farão outras colocações. É importante que todo esse contraditório passe de uma forma muito transparente e límpida para a população do Paraná.

Solicito à Mesa, ao Presidente Hermas Brandão, que requeira à Junta Comercial a participação de Waldir Leite em todas as participações acionárias e também que seja solicitado à superintendência do Porto de Paranaguá, que remeta a esta Assembléia todos esses contratos com as empresas onde o Deputado Waldir Leite faça parte.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Respondendo à solicitação de V. Exa., esta Presidência ainda hoje encaminhará à Junta Comercial, as informações que V. Exa. solicitou.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado Waldir Leite.

O SR. WALDIR LEITE

Sr. Presidente, nobres Deputados, Deputado Marcos Isfer.

Como nós já havíamos conversado, não tenho milhões para gastar com a mídia, de forma alguma vou poder fazer frente à guerra de mídia do Governo Requião. A imprensa toda sabe que esse Governo mente.

Eu gostaria de fazer aqui uma aposta com o Governador Roberto Requião. Ele que mande um contrato que eu tenha qualquer ligação com a APPA, diretamente, nos serviços de limpeza, que seja contrato APPA, em qualquer empresa que eu tenha participação, eu renuncio imediatamente meu mandato de Deputado. Espero que ele tenha a mesma coragem de fazê-lo, caso ele não traga nenhuma prova, que eu tenha algum contrato com a APPA e renuncie o seu mandato, já que ele está exercendo o seu mandato de forma vergonhosa, mentirosa, sórdida e baixa, como ele acha, que na sua vida inteira ele vem fazendo, cada vez desferindo acusações a diversos Deputados, inclusive, Deputados que são seus amigos. Ele fez acusações do mais baixo nível a diversas pessoas. Acho que esse episódio do Porto está superado, com essa afirmativa, aqui. Foi um episódio medíocre e ridículo, por parte do Governo do Estado.

Estou começando a achar que esse senhor deve ter algum problema na sua história, na sua vivência, na sua infância, porque não é possível um cidadão agir dessa maneira!

Quero hoje trazer a esta Casa um caso que achei bastante interessante. Olhando a história de Paranaguá, achei o processo que deu entrada no dia 14 de janeiro de 2003, na época do Governo Requião. No dia 17, por incrível que pareça, no dia 31, em 14 dias, tramitou tão rapidamente o processo que libera três milhões de reais à Empresa Rocha Top, na importação de dois guindastes. Acho muito interessante, porque o tipo de empresa, que é a Rocha Top nem se permite, se for fazer uso da lei, para essa insenção. E o mais interessante ainda é que um dos documentos exigidos, para fazer esse processo, é datado de 2001! Esse é o Governo que nós temos. É o falso moralista. É o mentiroso. É o Governo que se apresenta ao Paraná, no caso do pedágio e em diversos outros casos.

O Governador Requião tem algumas coisas que são interessantes. Ele gosta, e muito, de saber das digitais. Ele deveria saber de quem são as digitais, naquele sumiço de mil e seiscentas toneladas de soja, que deram um lucro de um milhão, para o bolso de alguém! Ele deveria descobrir de quem são essas digitais e parar com essa sem-vergonhice de ficar acusando os outros de maneira vazia, baixa, inescrupulosa!

Então, Sr. Governador, tem o meu recado. Venha provar que tenho contrato com a APPA que eu renuncio ao meu mandato. Se não o fizer, pare de fazer palhaçada com o Paraná, porque o povo do Paraná não é palhaço.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. BARBOSA NETO (**Pela Ordem**)

Gostaria apenas de registrar nesta Casa a presença, hoje, do Diretor Jurídico do Grupo Promotor de Desenvolvimento Regional, GPDR, de Londrina e agro-pecuarista, Otávio Cesário Pereira Neto, ex-Diretor da Companhia de Desenvolvimento de Londrina, que está nos visitando na tarde de hoje e está na nossa tribuna de honra. Obrigado pela presença.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)

Só peço, Sr. Presidente, para que seja retirada das notas taquigráficas a palavra “sem-vergonhice” por parte do Governador Roberto Requião, porque o Governo do Estado não age com “sem-vergonhice”. Age com seriedade. Pode até errar no seu juízo de valores, mas não aceito e não posso permitir que fique nas notas taquigráficas a palavra “sem-vergonhice”.

(**Não houve manifestação da Presidência**)

O SR. NELSON GARCIA (**Pela Ordem**)

Só para registrar a presença do Vereador Eduardo Melo, da nossa querida cidade de Umuarama.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, a Deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA

Eu vou falar, rapidamente, reforçando um convite que já fiz a esta Casa, mas fico cada vez mais perplexa.

Esta deputada tem uma história de luta, desde o movimento estudantil e tem na sua essência e mote de ação, a democracia, como o coração da liberdade. A democracia, como a mola mestra que move a construção do cidadão crítico. A democracia, como bem maior e mais importante da pessoa humana. A democracia, como a jóia rara na construção dos nossos direitos.

Fico penalizada e triste quando vejo o mau uso da democracia. O direito à liberdade de expressão deve fazer parte do nosso cotidiano, e eu fui uma das pessoas que, sempre, na ditadura e antes dela, brigou por isto. Fui

vítima da ditadura, da falta de direito de me manifestar, muitas vezes. Mas, é impressionante como confundem o direito de falar o que pensam, no campo das idéias, com a liberdade de desqualificar pessoas.

Vejo isto acontecer, aqui na Assembléia Legislativa sistematicamente, e fico triste, porque nós temos, ou podemos ter divergências de idéias. É saudável. Oposição é importante na construção da democracia. Acho que ela tem cumprido o seu papel, aqui na Assembléia Legislativa. Com alguns exageros, é verdade, em alguns momentos, mas faz parte do processo.

Agora, é aviltante e não faz bem à democracia e não é didático, um Deputado subir à tribuna e dizer que o Governador do Estado não tem vergonha. Isto desqualifica o voto daquelas pessoas e a confiança de que aqui teríamos uma postura serena, uma postura correta e uma postura, acima de tudo, ética. Posso divergir até à morte com algum companheiro, no campo das idéias, mas ninguém deverá subir a esta tribuna para desqualificar pessoalmente, com adjetivos pejorativos, quem quer que seja desta Casa, companheiro ou companheira.

Já ouvi aqui que o Governador comete sem-vergonhices, ou seja, é um sem-vergonha. Ouvi aqui, que o Governador é incompetente, é mentiroso, é inescrupuloso, é falso, é palhaço. Isso depõe contra a imagem do Parlamentar, na minha avaliação, e aí entra o meu direito de opinião.

Toda denúncia tem o ônus da prova e serve para os dois lados. Disse aqui cada vez que fazemos uma denúncia, temos que ter a responsabilidade de apresentar o fato e as provas daquelas denúncias que fazemos. Isso confere com atitude democrática. Caso contrário, é irresponsabilidade, é inconseqüência e não é agradável.

Então, com todo respeito, acho que está ficando cansativo para nós todos, cansativo para a opinião pública, cansativo para a opinião público, cansativo ao povo do Paraná, essa sistemática enxurrada de adjetivos e tentativas de desqualificar um homem público.

Acho que podemos criticar, apresentar opiniões, apresentar pontos de vista discordantes. Tudo bem! Mas acho que é hora de darmos uma lição de maturidade e continuar fazendo e mantendo as nossas posições, mas parar com essa coisa de ficar com essa enxurrada de tentativas de desqualificar a pessoa humana. Não é bom. Não faz bem à democracia e nós não estamos contribuindo com aqueles que nos acompanham, não estamos contribuindo com a nova ordem social, onde possamos conviver democraticamente de forma harmoniosa e, acima de tudo, respeitosa do ponto de vista das nossas opiniões políticas.

Queria colocar isto porque tem me incomodado essa tentativa, principalmente com adjetivos muito pesados em determinados momentos, porque acho que não fica bem para nenhum de nós.

Para encerrar, reitero a importância da participação dos dias 22 e 23.05, no Colégio Estadual do Paraná, da grande Conferência Estadual de Política para as Mulheres

convocada pelo Presidente Lula a nível nacional, e convocada pelo Governador Roberto Requião a nível estadual do ponto de vista de propor e abrir espaço para que as mulheres possam discutir as suas teses.

Encerrando, para dizer que esse é o meu estilo, ontem coloquei algumas questões do ponto de vista que também me desagradavam, seja de que lado seja, porque estou aqui como base e sustentação do Governo. Sou do PMDB, portanto do Partido do Governador, mas acho que nós temos que ter essa tranqüilidade de colocar os nossos pensamentos, porque senão, seremos massa amorfa.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Sempre ouço com muita atenção a Deputada Elza Correia, quando usa a tribuna, e ela tem uma coerência muito grande, principalmente quando se manifesta, independente se ofende o Governo ou não ofende.

Nós ouvimos a sua manifestação ontem, Deputada, e fomos solidários a V. Exa. quando fez menção às palavras ditas ontem pelo Secretário da Indústria e Comércio, na reunião do Secretariado, dos Deputados, que acontece todas as terças-feiras. Ouvimos a sua manifestação agora. Pena, Deputada Elza, que a Senhora não estivesse aqui na legislatura passada, quando nós éramos Governo, exatamente pelos seus pares e alguns Deputados, não vamos dizer todos, que usaram desta tribuna da Oposição e fizeram os mais diversos adjetivos à pessoa do Governador, também, quando o Governador do Estado, o atual, Roberto Requião, chama uma CPI de ridícula. Uma CPI é constituída pela vontade do Parlamento do Paraná. Ora, quem dá exemplo como Roberto Requião, não pode esperar outras coisas do seu Secretariado! Não da senhora que é coerente, não pode esperar outras ações do seu Secretariado e muito menos deste Parlamento.

Aqui o Parlamento vai tratá-lo de forma como ele trata a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O Grande Expediente de hoje foi reservado ao Presidente do IPPUC, e ao Secretário de Obras Municipais, com a deferência toda especial do Deputado Neivo Beraldin, que tinha requerido anteriormente o Grande Expediente, e ontem nós fizemos-lhe um apelo, e ele, com seu grande dom democrático, abriu mão para que pudéssemos ouvir hoje o Dr. Luiz Hayakawa, que é o Presidente do IPPUC, e o Nelson Leal Júnior, que terão trinta minutos para expor os programas da Prefeitura em relação ao projeto que foi contestado há poucos dias atrás aqui nesta Casa.

O SR. TADEU VENERI (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar à Mesa que tomasse providências no sentido de obter do Deputado Nereu Moura, que infelizmente eu estou aguardando até agora e por outras ele não pôde vir ao Plenário, um jornal de São José dos Pinhais, que os deputados aqui, hoje,

quando cheguei, me informaram que dá conta de uma matéria onde, além de constar as verbas, que o senhor sabe, todos os deputados sabem aqui que sempre coloco no meu jornal, constam declarações minhas que em absoluto foram dadas. E eu gostaria que a Mesa solicitasse do Deputado Nereu Moura que jornal é esse, quem é o jornalista, para que pudéssemos tomar as medidas necessárias. Acho um absurdo que sejam feitas declarações internas aqui nesta Casa sobre fatos que não aconteceram, que eu não tenho conhecimento e que em nenhum momento fui procurado sobre isso.

Então, Sr. Presidente, por gentileza, assim que for possível, eu gostaria de tomar conhecimento desse jornal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Farei a solicitação ao nobre Deputado Nereu Moura que encaminhe com a maior urgência a V. Exa. o referido jornal, que eu tive oportunidade de ver, inclusive.

O SR. RATINHO JÚNIOR

Eu gostaria, inclusive em defesa do Deputado Tadeu Veneri, esse é um jornal muito conhecido na cidade de São José dos Pinhais, por fazer acusações mentirosas. É um jornal achacador, conhecido na cidade de São José dos Pinhais, não tem credibilidade nenhuma, e isso eu faço questão de falar, para ficar em defesa do Deputado Tadeu Veneri, porque acreditamos que ele jamais faria tais declarações.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Presidente do IPPUC, que não poderá ser interrompido durante a sua explanação. Posteriormente, se ele abrir para os debates aos Srs. Parlamentares, será dada oportunidade.

O SR. RAFAEL GRECA (**Pela Ordem**)

Nós não vamos poder fazer perguntas?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Conforme o Regimento nobre Deputado, pessoas quando são convidados a vir à Assembléia fazer alguma explanação, por sua determinação ele poderá responder ou não.

O SR. RAFAEL GRECA (**Pela Ordem**)

Nós vamos ouvir um ditado?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nobre Deputado, eu acredito também da mesma forma democrática que nós colocamos a tribuna da Casa à disposição do IPPUC, na pessoa do Presidente e do Secretário de Obras, eles democraticamente também responderão às perguntas de Vossa Excelência.

Com a palavra, o Sr. Luiz Hayakawa.

O SR. LUIZ MASSARU HAYAKAWA

(Lê):

“Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembléia Legislativa Deputado Hermas Brandão e Vice-Presidente André Vargas, Srs. Deputados componentes da Mesa, Exmos. Srs. Deputados. Sras. e Srs., amigos e colegas funcionários do IPPUC e da Prefeitura de Curitiba.

Agradeço o convite formulado pelo Deputado Elio Rusch para prestar esclarecimentos a esta egrégia Casa de Leis sobre o Programa de Transporte Urbano de Curitiba-BID II.

O Sistema de Transporte Urbano de Curitiba é considerado modelo e exemplos no Brasil e no exterior. Basta ver o Sistema implantado em Los Angeles conhecido como Bus Rapid Transit-BRT e o Transmilênio, de Bogotá, ambos com inspiração na Rede Integrada de Transporte de Curitiba-RIT.

Em novembro de 1995, aprovado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, iniciou-se o Programa BID I, onde vários componentes foram abordados: ampliação da capacidade da RIT, reforma de Terminais, aquisição de ônibus, segurança e sinalização viária, Ruas de Cidadania, pavimentação de corredores (Norte-Sul e Leste-Oeste), vias com linhas de transporte, etc. e encerrou em setembro de 2000.

Ainda em 2000, após o encerramento do primeiro programa, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, através do Coordenador Charles Wright, contactou a Prefeitura de Curitiba para dar a continuidade ao bem sucedido Programa BID I, que culminou no desenvolvimento do Programa BID II.

O Novo Programa está previsto para cinco anos e o valor é de US\$133.400.000,00. O financiamento de US\$80.040.000,00 foi aprovado pelos Ministérios do Planejamento e da Fazenda e autorizado pelo Senado.

O prazo de financiamento é de vinte anos e a carência de cinco anos.

Portanto, o Programa segue a mesma orientação quanto aos critérios e análises estabelecidos pelo Banco Internacional para os editais de licitação.

Nas Estações Intermediárias estão sendo desenvolvidos os estudos de Operações Urbanas com o apoio da CEF e Ministérios das Cidades.

Em 2003, na adequação do Plano Diretor ao Estatuto da Cidade, onze audiências e consultas públicas foram realizadas e nela já se consolida a utilização da rodovia como um eixo de transporte e avenida urbana. Portanto, os debates sobre a rodovia como eixo de Estruturação Urbana incluindo o Transporte Público foram feitas em mais de quarenta Audiências e Consultas públicas durante quase sete anos.

Em janeiro de 2004, o Banco aprovou o financiamento.

Em fevereiro, o Senado autorizou o pedido de empréstimo.

Em abril, o Ministério dos Transportes delegou a Rodovia ao Município.

Em 12 de maio deste ano, a Prefeitura de Curitiba assinou o Contrato com o BID, com o aval da União”.

A seguir, a apresentação do Secretário Nelson Leal Júnior.

O SR. NELSON LEAL JÚNIOR

(Lê):

Sr. Presidente, componentes da Mesa diretora dos trabalhos, Srs. Deputados, senhoras e senhores.

Agradeço a oportunidade de aqui estar, dando continuidade às informações já prestadas pelo arquiteto Luiz Massaru Hayakawa e poder esclarecer alguns pontos e detalhes importantes, relativos ao orçamento e custos de implantação do Eixo Metropolitano de Transporte, esta magnífica avenida que irá se integrar ao desenho de nossa Cidade.

1. Características principais da obra.

A avenida como já foi dito, ocupará toda a faixa de domínio da antiga BR-116, hoje BR-476, com aproximadamente 60 metros de largura, sendo 40 metros pavimentada, será composta por:

- uma canaleta exclusiva para transporte coletivo com 7,00 metros de largura, toda em concreto;
- uma via rápida, a marginal direita para circulação de veículos no sentido Norte-Sul, com 10,50 metros de largura, comportando três faixas de tráfego;
- uma via rápida, a marginal esquerda para circulação de veículos no sentido Sul-Norte, com 10,50 metros de largura, comportando três faixas de tráfego;
- uma via lenta, a via local direita para circulação de veículos locais, com 6,00 metros de largura, com uma faixa de tráfego longitudinal e uma de estacionamento;
- uma via lenta, a via local direita para circulação de veículos locais, com 6,00 metros de largura, com uma faixa de tráfego longitudinal e uma de estacionamento;
- um parque linear;
- uma ciclovia e
- calçadas.

Sendo assim, a avenida possui doze faixas com largura total de 40 metros.

A primeira etapa da obra possui 8,8 quilômetros de extensão e cinco estações de passageiros e vai da Av. Mal. Floriano até o Pinheirinho (próximo à Av. Nicola Pelanda).

As estações são:

- Estação Vila São Pedro;
- Estação Xaxim;
- Estação Santa Bernadethe;
- Estação Fanny e
- Estação Marechal Floriano.

2 - Investimento previsto para a 1ª etapa da obra.

O orçamento referencial da obra baseou-se na Tabela de Preços da SMOP - Secretaria Municipal de Obras Públicas, aprovada em novembro de 2003 me-

diante Decreto Municipal, a qual utiliza a metodologia da Tabela Pini e parâmetros próprios ajustados mediante o acompanhamento e apropriações de obras ao longo dos anos, que os preços dos materiais são obtidos por consulta ao mercado.

Esta tabela da SMOP já é tradicional, tem credibilidade e é referencial para várias instituições de nosso estado e fora do estado também.

Assim, aplicando-se os preços unitários da Tabela da SMOP aos quantitativos do projeto executivo da obra no setor sul, obtemos o investimento para a 1ª etapa que é de R\$73,0 milhões de reais, como a seguir demonstrado por grupo de serviço:

Valores em R\$milhões	
ESTRUTURA VIÁRIA	63,2
Drenagem	9,2
Terraplenagem	8,7
Pavimentação (324,8 mil m2)	31,7
Paisagismo (parque linear e ciclovias)	5,3
Obras de Arte (galerias celulares)	5,7
Sinalização	0,6
Obras Complementares (muros de arrimo/vedação, outros)	1,5
Plano de execução (desvios, sinalização de obra e manutenção)	0,5
ESTAÇÕES (5)	9,8
TOTAL	73,0

Srs. Deputados, favor observar que o custo projetado para as obras de drenagem e obras de arte tem a significativa participação de 14,9 milhões de reais, isto deve-se ao cuidado técnico com a captação, reservação, condução e transposição das águas, isto é o cuidado técnico dispensado ao tratamento de fundos de vales e bacias hidrográficas, conforme recomendado nos Estudos de Impacto Ambiental.

3 - Área pavimentada

A obra possui: canaletas de ônibus, vias marginais, vias locais, travessias e vias nas estações, num total de área pavimentada de 324.800 metros quadrados, o que representa 46,4 Km de extensão equivalente de uma via tradicional com 7,00 metros de largura.

4 - Custo por quilômetro

Dividindo o preço de implantado da estrutura viária que é R\$63,2 milhões de reais (excluídas as estações) por 46,4 Km de extensão equivalente, obtemos um custo por quilômetro de R\$1,362 milhão de reais.

Observe-se que obras viárias em áreas urbanas, especialmente na BR-476 (antiga BR-116), trazem grandes complicações e maiores custos devido a interferência do grande fluxo de veículos na construção e, conforme já citado, cuidados extras como o sistema de drenagem, além do parque linear e canaleta exclusiva em concreto.

5 - Custo comparativo

Para efeito de comparação aplicou-se as Tabelas e Preços utilizadas nas Prefeituras de Porto Alegre e São Paulo aos quantitativos do Eixo Metropolitano - Setor Sul verificando-se que os preços utilizados da Tabela da SMOP resultaram menores conforme o quadro a seguir:

DISCRIMINAÇÃO	PM Curitiba	PM P. Alegre	PM São Paulo
ESTRUTURA VIÁRIA	63,3	71,8	70,4
Drenagem	9,2	10,1	11,4
Terraplenagem	8,7	10,3	9,5
Pavimentação (324,8 mil m2)	31,7	35,8	34,6
Paisagismo (parque linear e ciclovias)	5,3	6,6	5,9
Obras de Arte (galerias celulares)	5,7	6,2	6,4
Sinalização (1)	0,6	0,6	0,6
Obras Complementares (muros de arrimo/vedação)	1,5	1,5	1,5
Plano de Execução	0,5	0,5	0,5
(5) ESTAÇÕES (*)	9,8	9,8	9,8
TOTAL	73,0	81,6	80,2

(1) Itens de peso reduzido, utilizados para efeito de comparação.

(*) Só para efeito de comparação

Esperando ter esclarecido as ações desenvolvidas para a implantação do Eixo Metropolitana de Transporte, no sentido de executá-lo com segurança e sobretudo compatível aos preços de mercado, agradecendo a oportunidade que me foi concedida e meu muito obrigado pela atenção dispensada.”

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Antes de conceder a palavra, pela ordem, eu gostaria de solicitar aos Deputados que fossem se inscrever, o Deputado Neivo Beraldin está inscrito para propor questões, a fim de saber agora, neste momento, quais serão os Deputados inscritos que poderão fazer uso da palavra: Neivo Beraldin; Rafael Greca; Marcos

Isfer; Jocelito Canto; Elio Rusch; Luciano Ducci e Natálio Stica.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu requero à Mesa que os estudos apresentados no telão de hoje, aqui, sejam cedidos para a Comissão de Fiscalização e Controle da Assembleia Legislativa, a qual eu presido, para que nós, Deputados, técnicos, possamos então analisá-lo. E eu gostaria de saber, de pronto, do Secretário, se ele pode deixar essas informações para que a Assembleia possa manusear.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Sem dúvida nenhuma, pela aquiescência do Presidente do IPPUC Dr. Hayakawa, estará nos cedendo, mas é natural que façamos por requerimento e o faremos, para que haja formalização.

Agora, Deputado Neivo Beraldin, o senhor terá então o seu tempo, que conforme o artigo 99, parágrafo 2º, encerrada a exposição do Secretário, nós usaremos as similaridades dos Secretários de Estado e convocados.

Poderão ser formuladas interpelações pelos Deputados que se inscreverem previamente. Portanto, são esse que estão inscritos agora, aqui. Não haverá reinscrição, não podendo cada um fazê-lo por mais de cinco minutos, exceto o autor do requerimento, que terá o prazo de dez minutos.

Com o novo requerimento, o Presidente Hermas Brandão aqui não está, e para responder cada interpelação, o Secretário ou o nosso convidado terá o mesmo tempo que o Deputado teve para formulá-la. Portanto, convidaria os Drs. Hayakawa e Nelson Leal Júnior para que ali permanecessem, porque é natural que possam haver perguntas que ambos tenham que responder.

Estão inscritos: Deputados, Neivo Beraldin; Rafael Greca; Marcos Isfer; Elio Rusch; Jocelito Canto; Luciano Ducci e Natálio Stica.

Encerradas as inscrições. Portanto, nós daremos curso às nossas exposições.

Com a palavra o Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente do IPPUC, o senhor pode disponibilizar hoje essa fita para que os Deputados possam avaliar com a sua equipe técnica?

O SR. LUIZ MASSARU HAYAKAWA

Com certeza, já está à disposição o CD que contém essas informações.

O SR. NEIVO BERALDIN

Fico grato e solicito então que a nossa assessoria receba então o referido CD.

Senhor Presidente do IPPUC, por que a Prefeitura licitou apenas 8,8 quilômetros e não licitou o total do projeto do Eixo Metropolitano?

O SR. LUIZ MASSARU HAYAKAWA

Como eu mostrei, desde o início, o projeto é parte de um programa, de cinco anos. E nesses cinco anos estão distribuídos, de acordo, inclusive, com a disponibilidade financeira do próprio Município.

Então, os 70 milhões de reais nesse primeiro trecho, na realidade corresponde a uma parte somente de todo um programa de 133 milhões, do qual compõe, inclusive, participação de iniciativa privada.

O SR. NEIVO BERALDIN

Mas esses 8,8 quilômetros, não há desapropriação a serem feitas, ou há?

O SR. LUIZ MASSARU HAYAKAWA

Em trechos transversais, existem trechos que foram negociados e já desapropriados, mas, no trecho ao longo da rodovia, não.

O SR. NEIVO BERALDIN

Esquecendo os 8.800, na sequência, qual é a desapropriação que está prevista e quais são as desapropriações necessárias para a continuidade do programa?

O SR. LUIZ MASSARU HAYAKAWA

No trecho que se segue é o trecho Norte que nós ainda não licitamos e a previsão de licitação, a obra provavelmente só será feita para o ano que vem, próximo prefeito, que aliás, depende, inclusive, da prioridade do próximo prefeito.

O SR. NEIVO BERALDIN

Não, mas há necessidade de desapropriação ou ele tem diferença num trecho com outro, ou as desapropriações já estão constando...

(interrompido)

O SR. LUIZ MASSARU HAYAKAWA

Na maioria do trecho as desapropriações já constam no nosso orçamento.

O SR. NEIVO BERALDIN

No projeto já consta?

O SR. LUIZ MASSARU HAYAKAWA

No projeto já consta, lógico. Nós já temos a área do terminal do Atuba, por exemplo...

(interrompido)

O SR. NEIVO BERALDIN

Qual é o valor que está destinado para as desapropriações?

O SR. LUIZ MASSARU HAYAKAWA

Mas isto vai ser licitado para o ano que vem. Eu não estou licitando esta parte da obra este ano.

Na hora que eu for licitar esta obra, evidentemente eu vou disponibilizar, inclusive, recurso para isso, vou colocar no orçamento municipal.

Até agora nós temos o crédito especial da Câmara Municipal para licitar todo esse trecho inicial que é o trecho...

(Interrompido)

O SR. NEIVO BERALDIN

Esta é a nossa grande preocupação, Sr. Presidente. Aparentemente a Prefeitura quer mesmo é iniciar esse projeto e o DNIT escreveu apontando 53 irregularidades no projeto remetido a esse órgão. E por que a Prefeitura não apresentou ao DNIT os estudos topográficos, estudos geotécnicos, estudos hidrológicos, enfim, uma série de estudos que culminou com um parecer do DNIT dizendo que o projeto não era um projeto, era, sim, alguns desenhos que não completavam aquilo que era de fundamento técnico, indispensável, segundo o DNIT.

O SR. LUIZ MASSARU HAYAKAWA

Foi boa esta pergunta, porque eu quero esclarecer ao Deputado que eu tenho aqui o parecer do DNIT, exarado pelo Secretário do Transporte Terrestre, Dr. Raul de Bonis Almeida Simões, e eu tenho o parecer técnico também do DNIT e que deixa bem claro, aqui na sua conclusão...

(Interrompido)

O SR. NEIVO BERALDIN

É o mesmo profissional que assinou?

O SR. LUIZ MASSARU HAYAKAWA

Não, o da Coordenação de Projetos é João de Souza Freitas...

(Interrompido)

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Para que possamos seguir o Regimento, há uma questão a ser colocada, e daqui para diante nós vamos usar o Regimento.

O Deputado terá cinco minutos para fazer todas as questões que quiser e o nosso convidado terá cinco minutos.

Como houve um processo de pinga-pinga e aí pode haver mais tempo para que o Deputado faça perguntas e menos tempo para que haja resposta, ou vice-versa, e é natural, eu gostaria de saber se o Deputado Neivo Beraldin, além desta questão, tem alguma outra questão, e nós daremos os cinco minutos para o nosso convidado.

O SR. NEIVO BERALDIN

Eu não ocupei os cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

O senhor ocupou os cinco minutos. É que houve um pinga-pinga, Deputado Neivo Beraldin, e eu estou lhe concedendo mais alguns minutos. Proponha todas as questões e depois haverá cinco minutos para o nosso convidado.

O SR. NEIVO BERALDIN

Por que as estações de ônibus, em número de sete, estão orçadas num custo de 14 milhões de reais?

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Proponha todas as questões, Deputado. O nosso convidado vai anotando, e depois nos seus cinco minutos, ele poderá responder, para que haja uma possibilidade maior da resposta.

O SR. NEIVO BERALDIN

Por que a obra saltou de um custo inicial de 36 milhões de dólares, para 133 milhões de dólares?

Qual a participação da empresa TCBR de Brasília, na realização dos projetos?

Sr. Presidente do IPPUC, a questão ambiental, também no final do Governo anterior foi repassado, no finalzinho dos últimos dias, para que o Município tratasse dessa questão, e, também, que nós estamos aqui para questionar. Espero que o senhor tenha as respostas preliminares para essas perguntas.

O SR. LUIZ MASSARU HAYAKAWA

Responderei a primeira, ainda, com relação ao projeto do DNIT, do qual o departamento exara aqui, nesse parecer a aprovação do DNIT quanto ao programa e deixa a Prefeitura de Curitiba, quanto à execução dos projetos na área da rodovia. Portanto, não há nenhum problema com relação ao DNIT. Caso contrário, nem o próprio Ministro dos Transportes poderia assinar a delegação ao Município, se não fosse com o Parecer favorável do seu órgão técnico.

Com relação ao valor que estava previsto em 36 milhões de dólares, talvez o Deputado não tenha prestado atenção, mas os 134 milhões de dólares se referem ao programa total que inclui uma série de obras, inclusive, o eixo metropolitano. Deixei bem claro que o eixo metropolitano era uma parte só do programa gobol. Portanto, ainda não chegamos aos 36 milhões de dólares, ou 74 milhões de reais que estamos licitando.

Com relação à TCBR de Brasília: temos uma série de contratos para os projetos do programa como um todo e, não é só uma empresa construtora. Nós temos contratos com a Dalcom, com a Angemin, com a Vega, com a Esteio, com uma série de empresas que prestaram serviços para um programa desse porte, porque uma só

empresa não poderia fazer todo esse trabalho para 133 milhões de investimentos em dólares. A TCBR só tem um contrato de assessoria para questionamento junto à Brasília, no aspecto da consultoria, lá em Brasília. Quanto ao projeto em si, da BR-116, ele foi desenvolvido pelo IPPUC, tanto que nós temos os nossos profissionais arquitetos e engenheiros, com anotação de responsabilidade profissional do CREA. Está tudo registrado à sua disposição.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Vamos gastar 70 milhões de reais para 8 quilômetros, na BR-116. Os senhores já imaginaram ou nunca imaginaram que a linha de trem que sai de Araucária, que é praticamente paralela a essa obra, tem 38 quilômetros e que atenderia, sem problema de trânsito, toda uma gama de população usuária de transporte coletivo com menos dinheiro e traria uma viabilidade muito maior? Nunca se imaginou isso? Por que o IPPUC nunca imaginou usar as linhas de trem que cortam a nossa Curitiba, como foi Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre, São Paulo, Brasília e outros Estados?

O SR. LUIZ MASSARU HAYAKAWA

Deputado, a estrada de ferro, hoje, transporta cargas de cal e cimento que vêm de Almirante Tamandaré e Rio Branco do Sul. Ela não está desativada ainda, e não é possível compartilhar o transporte de passageiros com o transporte de carga. Nesse sentido o IPPUC gestionou junto ao Governo Federal o desvio, para deslocar esse ramal, para poder retirar o transporte de carga desde Almirante Tamandaré até o Centro. Enquanto isso não acontecer, não será possível utilizá-la. Quanto ao trecho Araucária até o Centro, já tinha sido desativada desde a época do Maurício Fruet, e foi ocupado, você se lembra muito bem das invasões que houveram da Ferrovia. E também, não está dentro da política de desenvolvimento, ao longo desse trecho, dentro do planejamento de Curitiba. A área da BR é a que mais se integra dentro da política de desenvolvimento da Prefeitura de Curitiba e também no futuro para a integração metropolitana.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Agora o Deputado Rafael Greca, por cinco minutos.

O SR. RAFAEL GRECA

Dr. Luiz, quando a Prefeitura de Curitiba licitou o projeto do Metrô de superfície na antiga BR-116, quem ganhou tal licitação? E por que o chamado metrô não se viabilizou? Quando a Prefeitura licitou o Projeto do Eixo Metropolitano? O senhor poderia apresentar os editais, declarar a empresa vencedora, o montante de pagamento e o contrato de elaboração dos projetos? Ou foi o IPPUC que fez isso? Dá para trazer o projeto aqui? E outra pergunta é a seguinte: É verdade que vão comprar 50 ônibus

biarticulados de maior capacidade? Quantos passageiros a mais vão atender tais ônibus? Os atuais, se não me engano, cabem 340 passageiros. Quantos terão os novos? Qual o custo dos atuais biarticulados e quanto vão custar os novos? Já se avaliou o impacto na tarifa?

O SR. LUIZ MASSARU HAYAKAWA

Com relação ao primeiro projeto, o senhor refere-se a este, aqui?

O SR. RAFAEL GRECA

Um projeto que me parece foi comprado anteriormente, era uma espécie de bonde urbano ou metrô de superfície. Um elevado.

O SR. LUIZ MASSARU HAYAKAWA

O projeto de elevado era um trabalho em conjunto com o Ministério dos Transportes.

O SR. RAFAEL GRECA

Quando ele foi licitado?

O SR. LUIZ MASSARU HAYAKAWA

Aquele estudo foi desenvolvido, inclusive foi feito o estudo de viabilidade econômica, pela URBS. Foi a URBS que fez a licitação.

O SR. RAFAEL GRECA

Quando foi licitado?

O SR. LUIZ MASSARU HAYAKAWA

Foi em 1999.

O SR. RAFAEL GRECA

Quem ganhou a licitação?

O SR. LUIZ MASSARU HAYAKAWA

Foi a Vega TCBR, um consórcio de empresas.

O SR. RAFAEL GRECA

Vega TCBR Dalcon.

O SR. LUIZ MASSARU HAYAKAWA

Foi licitada pela URBS. Agora foi estudo de viabilidade.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Só um minutinho.

O senhor faça todas as questões.

O SR. RAFAEL GRECA

Já fiz todas, só que tenho que refrescar-lhe a memória. V. Exa. protege o Governo Municipal.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

A Mesa tem responsabilidade de cumprir o Regimento. Estou tentando fazê-lo de forma democrática, para que não reiteremos alguns equívocos, não ocorridos hoje; hoje está tranqüilo. Só para que tenhamos um debate urbano, tranqüilo, sereno.

O SR. RAFAEL GRECA

E civilizado. Estou ajudando o Dr. Luiz. Estou perguntando bem explicadinho.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, estamos procurando aqui, da forma mais tranqüila possível desenvolver as perguntas, e V. Exa. seguidamente interrompe! Eu sei que o Governo Federal acabou de repassar à Prefeitura de Curitiba, o manejo dessa BR-116...

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

O que o senhor quer dizer com isso?

O SR. NEIVO BERARDIN

Por isso, que talvez eu tenha esquecido de perguntar se é a D., que vai controlar a empresa, o andamento dessa obra.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Deputado Neivo Beraldin, não são possíveis determinadas ilações. A Mesa está conduzindo com isenção. Com relação ao posicionamento desse ou daquele Deputado, em relação ao Governo Municipal, isso é público, todos somos filiados a Partidos, todos temos presente e passado.

Deputado Rafael Greca, apenas para ponderar as questões, para que o nosso convidado possa responder no seu tempo. Estamos tentando preservar apenas o tempo de quem pergunta e de quem responde.

O SR. RAFAEL GRECA

A segunda pergunta, Dr. Luiz. A primeira o senhor respondeu. Veja, TCBR e Dalcon fizeram o primeiro estudo da viabilidade, o primeiro trezinho de papel. Quando a Prefeitura licitou o Projeto do Eixo Metropolitano?

O SR. LUIZ MASSARU HAYAKAWA

O Projeto do Eixo Metropolitano a Prefeitura não licitou, porque foi feito pelo IPPUC.

O SR. RAFAEL GRECA

O senhor pode trazer o projeto aqui?

O SR. LUIZ MASSARU HAYAKAWA

Podemos trazer.

O SR. RAFAEL GRECA

Porque isso não é um projeto, isso é um desenho.

O SR. LUIZ MASSARU HAYAKAWA

É lógico. Eu não iria trazer uma pilha de projetos. O senhor como engenheiro, sabe muito bem o que significa um projeto de engenharia.

O SR. RAFAEL GRECA

Dá para trazê-lo amanhã?

O SR. LUIZ MASSARU HAYAKAWA

Posso encaminhar todos os projetos de engenharia desse trecho todo.

Está à disposição, na Prefeitura.

O SR. RAFAEL GRECA

O que o engenheiro Leopoldo Campos disse a essa Assembléia é que não há um Projeto do Eixo Metropolitano.

O SR. LUIZ MASSARU HAYAKAWA

Como engenheiro, o senhor sabe muito bem, que a Lei nº 8666 não permite que se fala uma concorrência, sem que tenha um projeto básico executivo. Todo mundo sabe disso. Ora, eu não poderia licitar essa obra, se não tivesse projeto.

O SR. RAFAEL GRECA

A acusação que motiva a sua vinda, aqui, é essa. Nós imaginávamos que V. Exa. fosse trazer o projeto.

O SR. LUIZ MASSARU HAYAKAWA

Mas eu não preciso trazer o projeto, se tenho o projeto básico - está à disposição na Prefeitura. Se o Deputado estiver interessado, está à disposição, na Unidade de Gerenciamento, que tem todos os projetos disponíveis. As empresas concorrentes não poderiam formular uma proposta de orçamento, se não tivesse o projeto.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Dr. Luiz, eu agradeço.

Com a palavra, o Deputado Marcos Isfer.

O SR. RAFAEL GRECA

Falta uma pergunta. Fiz uma pergunta sobre o preço dos ônibus - a imprensa e a Assembléia ouviram. O senhor está estranhamente comendo as nossas perguntas. Tenho direito institucional de merecer a minha resposta.

(Discussões paralelas no plenário)

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Deputado, ele responderá! Não há negativa, Deputado Rafael Greca.

Nós estamos tentando seguir o Regimento. Pedi para que V. Exa. fizesse todas as questões. V. Exa. interrompeu várias vezes. E não é possível controlar.

Por isso, estou pedindo disciplina aos Deputados, serenidade, porque as interpretações...

O SR. RAFAEL GRECA

O senhor cortou minha terceira pergunta!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Presidente André Vargas, sei que a Presidência é sempre um local muito difícil e num momento destes, é uma complicação. Mas, o Deputado Rafael Greca fez várias perguntas e uma delas trata do custo, do custo-benefício, da lotação e do biarticulado.

A meu ver, e usando de bom senso, o orador que usa da tribuna não teve a oportunidade de responder e cortou-se...

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Por que o senhor acha que não teve tempo de responder?

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Por ter encerrado o tempo. Então, gostaria que o senhor concedesse o tempo para que o orador pudesse explicar e o problema estaria resolvido.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Deputado José Maria, será respondida. Não foi possível, exatamente, por esta metodologia que nós não estamos conseguindo auferir o tempo para quem pergunta e o tempo para quem responde, porque está havendo um debate.

Por isso, estou pedindo aos demais Deputados, para que haja uma possibilidade de fazer questões e o convidado possa responder no seu tempo.

O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

Só quero fazer uma indagação: por que V. Exa. não dá 10 minutos para que o Deputado possa debater, com a pessoa que está ali?

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

O Regimento assim não prevê, Deputado!

O SR. JOCELITO CANTO

Mas é só o senhor determinar. Não tem Regimento que determine. O senhor determina 10 minutos e acabou.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

A Mesa está procurando seguir o Regimento.

Nosso convidado poderá responder à última questão do Deputado, após o quê nós usaremos a metodologia combinada.

O SR. LUIZ MASSARU HAYAKAWA

Muito obrigado, Presidente.

Com relação à questão colocada pelo Deputado Rafael Greca, o ônibus biarticulado não tem capacidade para 340, como V. Exa. colocou, e sim 270 passageiros.

E, também, dentro do Programa do BID - V. Exa. foi Prefeito e sabe muito bem - na composição, a contrapartida do Município inclui também a iniciativa privada, até 17,2% num valor global de 23 milhões de dólares, que seria em aquisição de veículos, que também não está só o biarticulado do eixo metropolitano. Como falei no programa, tem o interbairros II. Então, estão incluídos neste contexto, neste valor, também os ônibus...

O SR. RAFAEL GRECA

Quantos biarticulados?

O SR. LUIZ MASSARU HAYAKAWA

Quarenta biarticulados; o restante, são novos.

O SR. RAFAEL GRECA

Serão maiores?

O SR. LUIZ MASSARU HAYAKAWA

Está sendo desenvolvido por causa do motor, que a lei do CONAMA exige, por causa da questão ambiental. Então, já está sendo adaptado para o Euro III. Por isso, estão vendo os custos, porque a exigência ambiental para o desenvolvimento do motor, evidentemente implica num custo maior, mesmo que não haja aumento de capacidade e aumento de tamanho do veículo. Só pelo desenvolvimento do motor. Esses custos, evidentemente, a empresa, depois, que é parte da iniciativa privada, eles é que vão comprar.

O SR. RAFAEL GRECA

Mas, vai cair na tarifa...

O SR. LUIZ MASSARU HAYAKAWA

O cálculo todo da tarifa é sistema integrado. A opção de estudo de viabilidade para todo este investimento, é exatamente para que a tarifa seja a menor possível. De preferência que não aumente a tarifa. Assim como foi feito no Norte, Sul, Leste e Oeste, do BID I, do qual V. Exa. foi Prefeito.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Conforme nosso entendimento que é por aquilo que o Regimento prevê - no sentido de garantir que o nosso convidado, que não está na condição de convidado, ele é convidado, possa responder no seu tempo.

Então, não haverá problema se extrapolarmos o tempo, mas se houver disciplina entre um perguntando primeiro e depois respondendo.

Eventualmente as respostas podem não ser aquelas que se gostaria ou as perguntas podem não ser etendidas. E esse diálogo talvez fosse o ideal, mas o ideal, para funcionarmos e darmos conta da nossa tarefa, é que por cinco minutos, as questões que tiverem que colocar, e cinco minutos a resposta.

O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)

Primeiro, Sr. Presidente, quero dizer que votamos neste plenário, a não vinda do Secretário do IPPUC aqui nesta Sessão, e o Presidente Hermas, usando da sua atribuição fez o convite, comunicou-me e perguntou qual seria a nossa reação - falei, nenhuma! Tem todo o direito de vir aqui, sim, e nós queremos que aqui as dúvidas sejam esclarecidas e da melhor maneira possível.

Agora que os ânimos já se acalmaram, solicito que tirem as notas taquigráficas sobre a acusação que o Deputado Rafael Greca faz de uma possível aliança entre Prefeitura de Curitiba e Partido dos Trabalhadores, para o bom andamento dos trabalhos de hoje, e que V. Exa. leve o Regimento à risca por cinco minutos para o Deputado e cinco minutos para as respostas, para que possamos ter todas as dúvidas esclarecidas aqui.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Defiro!

O SR. MARCOS ISFER (Pela Ordem)

O senhor disse que foi feito um estudo de viabilidade do Monoway elevado pela Vega TCBR Dalcon. O senhor nos disse também que o projeto todo apresentado ao DNIT sobre o qual se baseia a licitação realizada pelo IPPUC, foi realizado totalmente dentro do IPPUC. Essa é a afirmativa que o senhor fez.

(vozes paralelas)

Eu preciso das respostas, Sr. Presidente, porque por exemplo, quero perguntar sobre o projeto de obra de arte. As pontes foram projetadas e planejadas por quem, dentro do IPPUC? Quem assina? Quem é o engenheiro responsável? Segundo, quanto custaram esses projetos que foram encomendados? Quem pagou todos eles?

Preciso da resposta dele para saber, porque, de repente, ele me diz que tudo foi feito lá dentro, e daí não tem ninguém!

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Deputado Marcos Isfer esta Mesa não quer impedir o debate. Não é uma inquisição numa CPI.

(vozes paralelas)

O SR. MARCOS ISFER

Ninguém em momento algum está inquerindo com o dom de CPI.

Então, a pergunta é, os projetos de obras de arte, de drenagem, terraplenagem, pavimentação, etc... todos os projetos apresentados ao DNIT foram realizados por quem?

O SR. LUIZ MASSARU HAYAKAWA

Deputado, o senhor sabe muito bem, o senhor foi Secretário de Governo no Município e sabe muito bem que o IPPUC desenvolve todos os projetos arquitetônicos e de concepção e os projetos complementares - é da sua sapiência, do seu conhecimento - são contratados. Evidentemente que nós não fazemos o projeto complementar, estrutural dentro do IPPUC. Mas eu estava dizendo que os projetos da concepção dos terminais e de todo eixo é do IPPUC, sim, senhor. Fizemos anotação de responsabilidade técnica e os projetos complementares assim como projetos de escola, de posto de saúde, de creche, também são feitos dessa maneira.

O SR. MARCOS ISFER

De quem foram contratados?

O SR. LUIZ MASSARU HAYAKAWA

Aqui tem uma série de empresas que foram contratadas, tem uma lista aqui.

O SR. MARCOS ISFER

O senhor poderia nos fornecer essa lista? Segundo, esses projetos foram licitados, todos eles?

O SR. LUIZ MASSARU HAYAKAWA

Todos eles por licitação.

O SR. MARCOS ISFER

O senhor poderia nos remeter essas licitações? E o custo de todos esses projetos, o senhor tem, ao menos, uma avaliação?

O SR. LUIZ MASSARU HAYAKAWA

Não tenho.

O SR. MARCOS ISFER

Quando estive aqui o engenheiro Leopoldo, a convite do Deputado Neivo, deixou no ar que algumas empresas teriam pago alguns projetos, e eu quero perguntar-lhe, alguma empresa pagou ao Município de Curitiba algum projeto desses?

O SR. LUIZ MASSARU HAYAKAWA

Não tenho conhecimento disso!

O SR. MARCOS ISFER

Então esses projetos foram todos pagos pelo IPPUC?

O SR. LUIZ MASSARU HAYAKAWA

Não, alguns projetos, como já tinha dito, a URBS pagou, a viabilidade do primeiro estudo.

O SR. MARCOS ISFER

O primeiro estudo de viabilidade foi pago pelo IPPUC em 1995, 96; o segundo, 99, era o do Monoway elevado, e esse último agora do DNIT que é um projeto diferenciado, uma vez que ele tem uma drenagem diferenciada, ele tem uma série de obras de artes que são diferenciadas. Eu não estou discutindo, inclusive não quero discutir, acho que não é o momento, questão de custo, de preço de obras de arte, que acho que é um papel do Legislativo, tanto da Assembléia como da Câmara Municipal, mas eu pergunto, todos esses projetos, os complementares foram contratados, eu lhe peço as licitações e as empresas que ganharam, e peço também, se for possível, a comprovação dos seus pagamentos.

O SR. LUIZ MASSARU HAYAKAWA

Nós vamos encaminhar, do programa inteiro do BID.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Eu não tenho acompanhado essa questão aqui em Curitiba mas, durante o pronunciamento do Presidente do IPPUC me parece que em Porto Alegre e São Paulo as obras são semelhantes e que o custo é mais elevado, foi o que ele disse.

Eu queria que na seqüência o senhor pudesse nos informar, porque eu não entendi bem, não estou ouvindo bem hoje, tem muita confusão aqui na Assembléia, hoje, e o senhor falou que parece que Porto Alegre é mais caro, São Paulo é mais caro.

Isso me interessa saber, porque agora há pouco eu ouvi o Deputado Rafael Greca aqui atacando, dizendo que o PT e o PFL estão numa coligação aqui em Curitiba, e que está envolvido não sei mais quem, isso não tem nada que ver, não sei. Mas eu gostaria de saber se Porto Alegre é mais caro, se São Paulo é mais caro e se Curitiba é mais barato. Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta: falou-se aqui do BID I, eu não o conheço, há alguma semelhança do BID I para o BID II, e há diferença de dinheiro, de orçamento do primeiro para o segundo. É algo semelhante, dá para fazer uma comparação do primeiro programa do segundo, porque, recentemente, um engenheiro esteve aqui e disse que há um superfaturamento imensurável, e há essa preocupação.

Então, existe essa diferença do BID I e do BID II? Qual é a diferença em valores? A minha preocupação é

Porto Alegre, São Paulo; PT, PFL, eu quero saber, quem é o falso moralista aí senhor Presidente do IPPUC?

O SR. LUIZ MASSARU HAYAKAWA

Respondendo à questão do BID, no primeiro programa do BID I o valor total era de duzentos e trinta e dois milhões de dólares, dos quais a Prefeitura tomava de financiamento, do BID, cento e vinte milhões de dólares, estavam incluídos, como eu mostrei no início da representação, o eixo Norte-Sul, Leste-Oeste, algumas vias de pavimentação da rede integrada; é uma seqüência, uma continuidade, o BID II é uma continuidade.

O SR. JOCELITO CANTO

Os valores são parecidos, asfalto, por exemplo, muito se falou em superfaturamento do um para o dois. Existe uma diferença de asfalto?

O SR. LUIZ MASSARU HAYAKAWA

Não, pelos valores apurados no BID I em termos de dólares não há diferença, nenhuma; pelo contrário, nós temos valores até que são muito variáveis, que chega a um milhão de dólares, às vezes menos, às vezes mais. Dentro da continuidade do projeto não há diferença.

O SR. JOCELITO CANTO

Foi feito quanto? É igual ao de antes? Não estou entendendo. Por quilômetro, quais são os valores de antes e de agora?

O SR. LUIZ MASSARU HAYAKAWA

São variáveis. Por exemplo: a Salgado Filho, no lote 1, em 1995 o preço por quilômetro era 1.023.000 dólares. Hoje está em torno de 3 milhões de dólares. É basicamente o mesmo preço! Determinada rua, dependendo, até mais cara. Nesse caso, o mesmo equivalente.

Falta explicar a questão da tabela. Deixo para o Secretário Nelson Leal.

O SR. NELSON LEAL JÚNIOR

E relação ao custo comparativo, fizemos uma comparação do qual aplicamos a tabela de preços utilizada na Prefeitura Municipal de Porto Alegre e na Prefeitura de São Paulo.

Aos quantitativos do eixo metropolitano Setor Sul, que é a base dos três lotes da licitação do eixo metropolitano. Utilizando os preços da nossa tabela, resultaram em valores menores conforme o quadro a seguir: **(Lê o quadro exposto ao plenário através de transparência).**

A Secretaria Municipal de Obras está à disposição dos Deputados, dos técnicos que vocês possam vir a encaminhar à Secretaria para comparar esse comparativo de preço que fizemos, utilizando as tabelas oficiais dos Municípios de Porto Alegre e de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO

Gostaria de solicitar ao Presidente e ao Secretário uma cópia dessa documentação, até porque na eleição passada se falava muito como exemplo de Porto Alegre.

Muito obrigado!

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem)

A minha Prefeitura foi mencionada. A Rua Salgado Filho custou 850 mil dólares o quilômetros e não 1 milhão e pouco, como disse o Presidente do IPPUC.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Hoje não é debate, Deputado Jocelito Canto, sobre comparações e nem sobre eleição.

Deputado Elio Rusch.

(Declina)

Deputado Luciano Ducci.

(Declina)

Deputado Natálio Stica.

(Declina)

Considerações finais para o Dr. Luiz Massaru Hayakawa e depois do nosso Secretário de Obras.

O SR. LUIZ MASSARU HAYAKAWA

No plano diretor de 1996, de Curitiba que cria o IPPUC, estabelece que o órgão de planejamento deve monitorar, elaborar e atualizar o plano sempre que for necessário.

Numa das hipóteses, o plano diretor prevê a incorporação da área da rodovia na atualização do plano em face do crescimento urbano nessa direção. Essa hipótese de fato aconteceu e consolidou a ocupação dos bairros ao Sul da rodovia; bairros como Boqueirão, Hauer, Jardim das Américas, Santa Bárbara, Sítio Cercado, Xaxim, Bairro Novo e muitos outros não existiriam ou seriam ilegais, se o IPPUC não atualizasse o plano tal como estava previsto.

A rodovia estava prevista para ser considerada no plano pelo órgão de planejamento, se fosse necessário, e isso está acontecendo, essa é a função do IPPUC há mais de trinta e oito anos, por isso, faz de Curitiba uma referência nacional em planejamento urbano, e o IPPUC, como centro de excelência conhecido em todo o mundo.

Como preconiza a Lei Federal do estatuto da Cidade aprovado em 2001, as cidades têm um prazo de cinco anos para adequação e implantação do plano diretor. A Prefeitura de Curitiba já realizou as audiências públicas e encaminhou à Câmara Municipal o seu plano diretor para apreciação. Após o plano diretor, tem mais três anos para sua aprovação.

Então, eu finalizo e agradeço em nome da instituição que represento, a oportunidade de apresentar os esclarecimentos do projeto do eixo metropolitano a esta Casa de Leis, aos Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Queremos agradecer, em nome da Assembléia Legislativa ao Dr. Luiz e, agora, concedemos a palavra ao Secretário de Obras, Sr. Nelson Leal Júnior.

O SR. NELSON LEAL JÚNIOR

Para finalizar, quero colocar que a nossa administração à frente da Secretaria Municipal de Obras prima pela ética, pela transparência, e estamos à disposição dos Deputados e dos seus técnicos, para um debate técnico em relação aos custos, em relação aos preços orçados junto à obra do eixo metropolitano.

Muito obrigado pelo convite, do nobre Deputado Hermas Brandão. Muito obrigado às senhoras e senhores que aqui compareceram.

O SR. ANDRÉ VARGAS (Pela Ordem)

Sr. Presidente.

Faço uso da palavra pela ordem, para reafirmar, não mais como Presidente em exercício, mas agora como Presidente de um Partido que tem a responsabilidade de governar o País, que o Prefeito Cássio Taniguchi, do PFL, é prefeito dos curitibanos; o Presidente Lula é do PT, mas é presidente dos brasileiros! E há aqui cinquenta e quatro mandatários, como neste País inúmeros mandatários de inúmeros partidos, mas a obrigação do serviço público de cumprir aquilo que a Constituição determina do pacto federativo levou o nosso Governo a assinar uma permissão, um convênio de delegação daquele que é um trecho urbano.

Levantar qualquer ilação ou aliança é reduzir o debate a um limite ínfimo. Nós cumprimos as nossas obrigações e compromissos com o povo brasileiro!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esta Presidência reafirma o agradecimento pela presença do Dr. Luiz e do Dr. Nelson que aquiesceram o nosso convite para que estivessem neste Parlamento no dia de hoje.

Nossos agradecimentos.

O SR. MARCOS ISFER (Pela Ordem)

Sr. Presidente.

Gostaria de solicitar ao Dr. Luiz, para que deixe os projetos, as licitações, enfim, quem fez os projetos e também o CD que o Deputado Neivo pediu, só para podermos orientar o nosso grupo técnico.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vou fazer uma solicitação ao Dr. Luiz e ao Dr. Nelson, para que encaminhem a esta Casa a solicitação de V. Exa!

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem)

Senhor Presidente, para que não fique no vazio, é muito importante que o projeto de engenharia do eixo metropolitano, seja encaminhado a esta Casa ou seja fac-

ultada à Comissão Especial votada por este Plenário - que V. Exa. deve instalar - ou à Comissão de Fiscalização da Assembléia, uma exibição desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós vamos fazer a solicitação ao IPPUC.

O SR. RAFAEL GRECA

Quero consultar o Deputado Neivo.

Sr. Presidente, quero lamentar que V. Exa., como autor da proposição da oitiva do Presidente do IPPUC, (meu prezado colega, sou membro do IPPUC também) tenha saído da condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu tinha um compromisso no Tribunal de Justiça já agendado há muito tempo com o Presidente Oto e não poderia me furtar de comparecer.

O SR. RAFAEL GRECA

É que a serena presença de V. Exa. teria nos dado melhor ocasião de ouvir o Presidente do IPPUC.

O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

O Regimento é claro, o Vice-Presidente assume o papel do Presidente na sua ausência, com todos os poderes. Não podemos aceitar essa retaliação do Deputado Rafael Greca, até porque o Vice-Presidente desta Casa ocupa o lugar que ocupei até dias atrás. Eu não posso aceitar esse tipo de acusação.

O SR. RAFAEL GRECA

O Vice-Presidente por diversas vezes tentou me cassar a palavra, não deixou com que eu exercesse a plenitude do meu mandato e deu a impressão de proteger o Presidente do IPPUC, quando se tentava esclarecer as acusações sobre o IPPUC e sobre a licitação que envolve o PL, o PT e o Governo Municipal, que levantou o engenheiro Leopoldo Campos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero informar ao nobre Deputado Rafael Greca que qualquer Deputado, quando assume a Presidência, está realmente no efetivo exercício da Presidência, principalmente, o nosso Presidente André Vargas. E quero também esclarecer que todas as solicitações que V. Exa. fez, eu encaminharei ao IPPUC, solicitando que nos preste essas informações.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

Até porque, ele se colocou à disposição na hora, em deixar o CD que exibiu hoje aqui. E ficou também à disposição de remeter os projetos de engenharia que estamos aguardando. Esperamos que o tempo não passe sem esses projetos, para que possamos pedir à nossa equipe

que faça uma análise técnica, conforme precisa a nossa população do Estado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. terá todas as informações do IPPUC, com certeza.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

Também como integrante da Comissão de Fiscalização da Assembléia, na verdade acho que o Presidente do IPPUC e o Secretário de Obras da Prefeitura Municipal atenderam o seu convite, vieram, debateram as questões do eixo metropolitano, e não só questões do eixo metropolitano, até outros assuntos.

Agora, temos que tomar cuidado, Deputado Neivo Beraldin, V. Exa. na verdade é Presidente da Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e não é Presidente da Comissão de Fiscalização da Câmara Municipal de Curitiba. Para que nós não venhamos a invadir a competência. O IPPUC, prontamente, através do seu Presidente, disse que deixaria o CD, deixaria os documentos, mas eu acho que a ação dos Deputados é fiscalizar os atos do Executivo Estadual e não Municipal, mas, como a questão veio para o Plenário, através de um cidadão e nós como ex-Secretário, hoje ouvimos o Secretário titular da Pasta.

O SR. RAFAEL GRECA

Não mostraram o projeto.

O SR. ELIO RUSCH

Deputado Rafael Greca, V. Exa. sabe muito bem. Eu não sou engenheiro, mas o projeto deve...

O SR. RAFAEL GRECA

Mas, V. Exa. quer ver figurinha? Eu não sou bobo! Eu sou engenheiro, fui Prefeito de Curitiba!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Peço que os parlamentares mantenham a responsabilidade que têm, como parlamentares.

O SR. ELIO RUSCH

Presidente, eu estava pela ordem e o Deputado Rafael Greca infelizmente nos interrompeu, mas nós já fizemos a nossa manifestação.

Nós sabemos que o Deputado Rafael Greca, cada vez que se fere os seus princípios, aquilo que ele não gosta de ouvir, ele interrompe qualquer orador.

Isso é normal com o Deputado Rafael Greca!

O SR. BARBOSA NETO (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

Entendo que esta Casa já cumpriu o seu papel, dando oportunidade de ambas as partes também ocuparem esta tribuna para debater uma questão importante

para a Capital do Estado do Paraná. No entanto, creio que já houve além do tempo essa discussão, prejudicando até a Ordem do Dia, a Sessão Extraordinária e desrespeitando até mesmo outros Deputados de outras regiões que também têm assuntos interessantes e pertinentes ao Paraná a serem tratados.

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, um terço da população do Paraná vive na Região Metropolitana de Curitiba. Não tem cabimento que não se discuta uma questão dessa magnitude e dessa importância! Trata-se de dinheiro público, trata-se de uma obra importantíssima e trata-se de um assunto gravíssimo levantado aqui pelo Deputado Neivo Beraldin e pelo engenheiro Leopoldo Campos. Acho que não podem, os Deputados do Norte do Estado, com todo o respeito que lhes é devido, tentarem cercear o debate em torno das graves questões que dizem respeito à Região de Curitiba.

Nós temos sido coerentes e corretos em acatar todas as questões de Londrina, todas as questões da Barranca do Rio Paraná, do Oeste, do Sudoeste, de Ponta Grossa e não podemos aceitar que se tente cercear o debate em torno da nossa Grande Curitiba, até porque - lembramos - é também berço acolhedor, casa, direito, destino, caminho para os paranaense de todas as regiões. E quero dizer também que nós Deputados engenheiros - o Deputado Marcos Isfer pode responder junto comigo - que têm noção técnica, não nos satisfazemos com as explicações.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

V. Exa. já solicitou que o IPPUC encaminhe todos os projetos, todas as informações e vamos fazer esse apelo para que realmente chegue até esta Casa de Leis.

O SR. RAFAEL GRECA

Quero, em nome da tradição do IPPUC, lançar aqui, lembrando a tradição de Franchet R., de Dulce Auriqueo e de todos os grandes nomes que fizeram o planejamento desta Cidade, lamentar a triste forma como o nome do IPPUC está sendo instrumentado por uma coisa que não é lícita, não é correta e envergonha o sagrado nome de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Ficam registradas nos Anais desta Casa as palavras de V. Exa.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Sr. Presidente.

Na semana passada o Plenário votou, criando uma Comissão Especial para analisar esse caso. Indago a V. Exa. se e quando vai determinar que os Partidos façam as suas indicações.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vou exigir da Procuradoria da Casa que me responda a Questão de Ordem de V. Exa.

O SR. NEIVO BERARDIN

Sr. Presidente, a Procuradoria da Casa não é mais soberana do que o Plenário!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não. Existem certas questões em que o Plenário é soberano, mas há questões que cabem ser analisadas juridicamente, principalmente quando se fala de assunto que não condiz com a fiscalização da Assembléia. Nós estamos tendo esse cuidado!

Com o maior respeito que tenho por V. Exa., o senhor terá as informações já amanhã.

O SR. MARCOS ISFER

Sr. Presidente, só para um comunicado à Mesa.

Fui informado que alguns detalhes que havíamos solicitado já estavam na Mesa, mas não foi entregue nenhum documento à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não. Não foi entregue ainda, oficialmente, à Mesa Executiva qualquer projeto ou qualquer informação. Nós estamos solicitando que sejam encaminhados.

No Horário da Liderança, com a palavra o Deputado Ratinho Júnior.

O SR. RATINHO JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu como Líder - com muito orgulho - do PPS, não poderia deixar de me pronunciar sobre essas acusações que vêm acontecendo perante o Deputado Waldir Leite e o nosso Governador do Estado, Roberto Requião.

Nós entendemos que essas acusações são muito graves, até porque quando você ataca a pessoa, é uma coisa. Agora, quando você ataca o Parlamentar, o homem público, aquele que representa e recebe o aval da população para representá-la, não é assim tão simples que deve ser levada essa questão.

Nós estamos sofrendo, vendo e lendo ultimamente em jornais e televisão, acusações do Governo do Estado para um Parlamentar que faz parte do PPS, que é um homem íntegro e que nós temos um profundo respeito, é avaliado pelo Partido, senão com certeza o PPS - pelo Partido que é, pelo trabalho que desenvolve, - jamais aceitaria uma pessoa que não fosse idônea e que pudesse representar o povo à altura, como é Waldir Leite.

O que nós queremos é explicação. As acusações do Governador Roberto Requião são acusações graves. Nós aceitamos a defesa da Deputada Elza Correia, que defendeu e que também não aceitou a palavra, o pronunciamento do Deputado Waldir Leite, que diz que o Governador ou o Governo do Estado, vem fazendo aí políticas mentirosas. Agora, o PPS, Partido que faz parte da Base aliada do Governo - um partido que

fazendo parte da Base aliada do Governo tem a sua importância ou nós acreditamos que somos importantes para o Governo do Estado -, exigimos respeito, porque a partir do momento que passa do limite essa discussão, tem que ser tomada uma decisão, ser conversado.

O Deputado Waldir Leite não fez mais do que a função do Deputado Estadual, que é fiscalizar o Governo do Estado e teve a coragem de, sozinho, peitar o Governo do Estado e mostrar as irregularidades que têm dentro do Porto de Paranaguá, que nós sabemos, tanto tem que está sendo criada, foi criada e está sendo investigado, uma CPI nesta Casa.

Então, exigimos respeito, porque como o Governador é uma autoridade que se deve respeitar, um Deputado desta Casa também é uma autoridade que deve ser respeitada.

Então, o PPS é um Partido que exige o seu respeito. E deixar bem claro que o PPS é um Partido da paz, mas não tem medo da guerra!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PSB. Com a palavra, o Deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA

Eu vou usar apenas um minuto do PSB para esclarecer o item 1º da Ordem do Dia de hoje.

Eu tive a pergunta de vários Deputados na questão da Utilidade Pública de uma entidade do Rio de Janeiro.

Só para esclarecimento, essa entidade é filantropica e possui sua sede no Rio de Janeiro, mas as atividades também estão estendidas no Estado do Paraná, inclusive no Sudoeste, onde ela pretende construir um asilo. Por isso, a necessidade de declaração de Utilidade Pública.

Em relação a um outro item que ontem foi debatido, inclusive pelo Líder do Governo, para explicar que, na questão da nossa propositura quanto a um projeto de lei alterando a Luz Fraterna, só para esclarecer que não se tratava de coibir o programa do Governo quando a pessoa for infectada, mas sim, quando houvesse condições propícias para a proliferação. Nós colocamos uma emenda alterando, uma emenda modificativa que foi aceita pelo Líder do Governo alternado, não mais cancelando o benefício, mas, sim, havendo a notificação quando foi constatado o mosquito *Aedes Aegypti*, quando na residência de alguém que seja beneficiado pelo Luz Fraterna, na primeira hipótese notificando, e não havendo a constatação, essa pessoa, essa família, inclusive terá prioridade nos programas sociais do Governo do Estado, entre eles, o Programa do Leite e também os demais programas como a Água Solidária e tantos outros programas que tenho certeza o Governador Roberto Requião, porque assim como é grave a questão social

do Estado, também é grave a incidência, e se nós não utilizamos a população de todas as classes como parceria na eliminação do mosquito da Dengue, não tem como nós resgatarmos vidas que serão ceifadas, principalmente em cidades como Foz do Iguaçu que já teve dois tipos de mosquito e a partir do momento em que houve a incidência da terceira classe, que é a dengue hemorrágica, as vidas que serão ceifadas não mais retornarão.

Por isso é que esse mutirão tem que envolver todos, desde os beneficiários dos programas sociais do governo até a mais alta sociedade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PP. Com a palavra o Deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados.

Nós temos acompanhado atentamente aos acontecimentos da vida nacional no momento em que o nosso País atravessa, não o nosso País, o mundo, em função da alta do petróleo, tem uma turbulência, que faz com que a bolsa de valores se movimente para cima, para baixo, o dólar suba, suba o risco do País, enfim, a conjuntura econômica como um todo novamente nos tirando o sossego ou aquela tranquilidade que parecia que tínhamos.

Mas eu quero aqui, Sr. Presidente, realçar a atitude e a decisão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em abrir fronteiras, abrir horizontes, ir à procura de novos mercados, porque este é o único caminho que resta ao nosso País. Nós só estaremos tranquilos, não seremos mais sujeitos a essas perturbações de aumento de risco país, aumento de juros nos Estados Unidos, quando tivermos uma grande poupança interna, e para isso nós temos que cada vez mais ter superávit na nossa balança comercial para podermos ter superávit na nossa balança de pagamentos, e que nós, no momento que tivermos uma poupança de mais de 150 bilhões de dólares, pode quem quiser vir especular contra o Brasil.

Então, está corretíssima a política implantada pelo Presidente Lula no campo da política do mercado exterior, a política externa. Estão fazendo um trabalho com maestria e prova disso agora é a viagem que faz o Presidente Lula em caminho ao maior centro consumidor do mundo, ao país mais populoso do mundo; está indo à China, Sr. Presidente que hoje é o país que mais compra, que mais importa, tanto é que nós temos dificuldades até de navios, porque a frota de navios, grande parte dela foi comprada por armadores chineses e hoje está concentrada na rota da China e o Presidente Lula entendeu isto. Está indo à China acompanhado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com mais de 480 empresários dos diversos setores da nossa economia, indo à procura de negócios. Isto é algo fantástico. Isto realmente dá orgulho de ser brasileiro, de saber que nós estamos indo ao encontro de

um grande mercado que vai proporcionar progresso, desenvolvimento, geração de empregos, agregação de valores às nossas mercadorias.

Agora, estou um pouco espantado, Sr. Presidente, curioso; não entendi bem o que está acontecendo. Mais de 480 empresários compõem a caravana do Presidente Lula, e não vejo na relação dessa caravana o Governador Roberto Requião, que a todo instante afirmava que o Paraná seria um santuário na questão da soja tradicional e que a China seria o grande comprador da nossa soja, que não compraria soja transgênica, e não o vejo incluído na caravana! O que será que está acontecendo, Sr. Presidente, nós temos que indagar, porque eu acredito até que o Governador Requião, na sua maneira de atuar e sempre estar presente, tinha que ser “meio entrão”, tinha que se convidar para ir ou será que ele não é um bom acompanhante? Tem um velho ditado que diz: para se conhecer uma pessoa tem que viajar junto.

Quem sabe o Presidente Lula, que já viajou outras vezes com o Governador Requião, já conheça a sua maneira de ser, por isso não lhe está convidando?

Quero dizer para os senhores que é muito triste para o Paraná, uma oportunidade perdida, nós não estarmos representados através do nosso Governador, com os seus Secretários, uma comitiva de empresários paranaenses, para fazer as tratativas comerciais com a China!

Qual será a próxima oportunidade que nós teremos, Governador, um grupo de empresários paranaenses se sentar à mesa, com o governo chinês, com o grande empresário chinês?

Sim, porque lá na China, embora tenha o Regime Comunista, é também capitalista, onde existe um setor empresarial muito forte.

Quando que nós teremos outra oportunidade de poder negociar, de sentar, de conhecer, de ter tratativas comerciais com um país como a China? Mais de um bilhão de habitantes, que cresce a 9%, 10% o seu produto interno bruto!

Nós temos que saber, o que está acontecendo? Se o Governador não quer ir, não está disposto, talvez tenha algum problema de saúde, nós respeitamos. Talvez tenha outra viagem marcada, que nós sabemos, parece que ele está preferindo ir para o Chile. Deve viajar essa semana; chegou recentemente do Canadá. Mas, eu queria reafirmar, seria de fundamental importância a presença do Governador Requião junto ao Presidente Lula, pois o Presidente, nós sabemos, foi o grande responsável pela eleição do Governador Roberto Requião. Foi quem estendeu a mão ao Governador Roberto Requião e o levou à vitória, porque ele havia perdido o primeiro turno das eleições. Quem deu as eleições ao Governador Roberto Requião foi o Presidente Lula.

Então, fica no ar, será que o relacionamento não está tão bom? Nós temos que esclarecer, porque quem perde com isso é o nosso Estado.

Nós precisamos saber o que está acontecendo, porque é altamente preocupante, no momento em que os paranaenses têm que plantar só soja tradicional. Seria a China que iria comprar! Agora, vai uma comitiva junto com o Presidente da República até a China, e não vai o Governador, não vai o Secretário da Agricultura, não vão os representantes do Paraná, e nós ficamos a questionar. Quem vai comprar a soja tradicional do Paraná, que antes foi afirmado diversas vezes pelo Governador Roberto Requião, que quem compraria seria a China, que consome muita soja!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

PFL, PSBD, PT.

Com a palavra, o Deputado André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, faço uso da palavra, já concedendo o aparte ao Deputado Natálio Stica, que preservará o máximo possível o meu tempo.

O Sr. Natálio Stica

Primeiro, agradecer o Deputado Ribas Carli, pelo reconhecimento que V. Exa. faz à política econômica do Governo Lula.

Segundo, para dizer que a aliança, a amizade do Governador Requião e o Presidente Lula, vai muito bem, obrigado.

O Governador está de viagem ao Chile no dia 27 de maio, mas o Paraná estará representado na comitiva do Presidente Lula, além do companheiro Jorge Miguel Samek, aqui do Paraná, pelo Dr. Rodrigo Loures, da FIEP.

Portanto, estaremos também muito bem representados e acabando com a preocupação que procede de V. Exa., já que estaremos num país de grande parceria comercial com o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Faço uso da palavra, também, até complementar, de fato estive hoje com o Presidente da Itaipu, Jorge Miguel Samek, nosso companheiro, e ele vai à China e talvez tenha tido algum problema de agenda, para que houvesse esta viagem em conjunto, mas outras viagens haverão.

Dia 23, Sr. Presidente e companheiros, não falo aqui apenas como Deputado, mas como Presidente Estadual do PT, nosso Partido nos dias 22 e 23 estará fazendo seus encontros, as convenções ocorrerão após o dia 10, dos Municípios, aprovando os candidatos a Prefeito, a Vice-Prefeito, Vice-Prefeita, a Vereadores, Vereadoras, e

também sua política de aliança. Certamente aí estará resguardado o princípio e a orientação que têm sido dados pela direção nacional, de uma política de aliança aberta, que respeite a peculiaridade municipal, pois que não temos dúvida de que o grande eleitor deste ano não será o Lula, não será o Requião, não será o Cássio Taniguchi, não serão os Prefeitos. Serão os eleitores dos Municípios! Um bom programa municipal, uma boa chapa de Vereadores, chapa de Prefeitos, sem dúvida nenhuma levará à vitória aqueles que querem, também, mudar no âmbito municipal.

Quero reafirmar, aqui, Sr. Presidente, que em relação à política de aliança há o compromisso do PT de estar aberto ao diálogo, para que a vida daquele que mora no Município, que é nosso brasileiro, eis que não moramos no Estado, na União, mas sim no Município, melhorar a vida do munícipe, o grande objetivo dessa eleição municipal.

Quero, aqui, também, reafirmar, já que há polêmica em relação a alguns Partidos, pelos quais temos o maior apreço, em especial ao PTB. Temos, aqui, o Deputado Carlos Simões, que foi candidato em 96 e fez uma expressiva votação, é liderança importante do PTB e a direção estadual do PT, assim como a direção nacional do PT terá, com os partidos políticos, o maior respeito, o maior entendimento, no sentido de promovermos alianças que nos levem não só à vitória, não só à governabilidade, não só a alianças que atendam partidos políticos, mas alianças políticas que beneficiem a população, que é sempre o centro da nossa política. O centro é o ser humano.

Portanto, também o Porto de Paranaguá, falei hoje com o Vereador Ney Leprevost e temos o entendimento de que possa estar conosco; o PL, Deputado Mauro Moraes, que também está aqui, o PTB que já disse e volto a dizer que os Deputados Carlos Simões e Íris Simões, o Vice-Presidente Flávio Martinez, têm na direção estadual o maior respeito.

Nós, do PT, temos debates, sim, com setores do Partido que discordam. Mas a maioria do Partido dirá "sim" dia 23, a uma política aberta, ampla e a um programa que mude, continue mudando o Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não havendo mais oradores inscritos, queremos cumprimentar o Prefeito José Antônio, de Cornélio Procopio, irmão do nosso Deputado Hermes Fonseca, pela visita que faz à Casa hoje e cumprimentar, também, o Conselheiro Nacional, o cidadão Luís Herlem, a pedido do Deputado André Vargas.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 011/2004, subscrita pelo Governador do Estado em exercício, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei solicitando imóvel de propriedade do Estado do Paraná para o Poder Judiciário, que seria destinado à implantação do Centro Judiciário do Ahú. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

OF/CTL/CC nº 052/04, subscrito pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, acusando o recebimento do Ofício nº 0051/04, e informando que vetou parcialmente o Projeto de Lei nº 061/2004, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos expostos. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Bancada do Partido dos Trabalhadores, Deputado Padre Paulo Campos, Elton Carlos Welter, Luciana Rafagnin e demais Srs. Deputados, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 698/2003, de autoria do Deputado Reni Pereira, que declara de Utilidade Pública a Associação das Damas Hospitaleiras, com sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 698/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação das Damas Hospitaleiras, com sede e foro na Cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro e representação no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18.05.2004.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 042/2004, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que institui o Dia do Técnico em Eletrônica, a ser comemorado no dia 15 de outubro. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 042/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído, no Calendário Estadual, o Dia Estadual do Técnico em Eletrônica, a ser comemorado no dia 15 de outubro de cada ano.

Parágrafo Único - Dispõe-se que Técnico em Eletrônica será considerado todo aquele que desenvolve atividades concernentes ao ramo de consertos, manutenção, assistência técnica, invenções ou atividade congênere na área de produtos eletrônicos, com ou sem formação acadêmica.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18.05.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 043/2004, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que institui o Dia do Imigrante Japonês, a ser comemorado no dia 18 de junho de cada ano. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 043/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído, no Calendário Oficial, o Dia Estadual do Imigrante Japonês, a ser comemorado no dia 18 de junho de cada ano.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18.05.2004.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 047/2004, de autoria do Deputado Waldir Leite, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso do imóvel que especifica, no Município de Antonina, destinado à Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina - ADEMADAN. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. APRE-

CIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Aprovada a emenda.

O projeto irá à Redação Final.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 360/2003, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que dispõe sobre a prescrição de medicamentos genéricos nos estabelecimentos do Sistema de Saúde Estadual credenciados. PARECERES FAVORÁVEIS D CCJ, CF E CSP.

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva de Plenário, de nº 01, de autoria da Deputada Elza Correia, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01,
AO PROJETO DE LEI Nº 360/2003

Fica suprimido o parágrafo 2º do artigo 1º do Projeto de Lei nº 360/2003, de autoria do Deputado Estadual Jocelito Canto.

Sala das Sessões, em 19.05.2004.

(a) ELZA CORREIA

Apoiamento:

Delegado Bradock, Cida Borghetti, Vanderlei Iensen e Alexandre Curi.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 695/2003, de autoria do Deputado Reni Pereira, que renumera o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 14.087, de 11 de setembro de 2003 e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva e Modificativa de Plenário, de nº 01, de autoria do Deputado Reni Pereira, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA E MODIFICATIVA
DE PLENÁRIO, DE Nº 01, AO
PROJETO DE LEI Nº 695/2003

A presente Emenda Aditiva e Modificativa tem por objetivo alterar a redação original do Projeto de Lei nº 695/2003, modificando o *caput* do artigo 1º, o texto do parágrafo 2º, as alíneas "a" e "b", bem como acrescentando o parágrafo 3º.

Sala das Sessões, em 19.05.2004.

(a) RENI PEREIRA

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Dr. Luciano Ducci e Elio Rusch.

EMENDA MODIFICATIVA

O *caput* do artigo 1º, o parágrafo 2º e as alíneas “a” e “b”, do Projeto de Lei nº 695/2003, passam a vigorar com a seguinte redação, acrescentado-se ainda o parágrafo 3º:

Art. 1º - Fica renumerado para parágrafo primeiro o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 14.087, de 11 de setembro de 2003, acrescentando-se-lhe os parágrafos segundo e terceiro com a seguinte redação:

“§ 2º - A unidade consumidora em que for constatado pelos serviços públicos de controle sanitário ou por equipes próprias da COPEL, infestação positiva para o mosquito “*aedes aegypti*”, transmissor da dengue.:

a) será notificada a erradicar o foco encontrado no prazo de 01 (uma) semana, sob pena de suspensão do benefício:

b) na hipótese de reincidência, terá o benefício suspenso, até que o foco seja extinto.

§ 3º - As unidades consumidoras que não apresentarem focos de infestação do mosquito “*aedes aegypti*” e preencherem os requisitos do Decreto nº 1279/2003 e suas regulamentações, serão automaticamente incluídos neste Programa, bem como terão prioridade na obtenção dos demais programas sociais já instituídos ou que venham a ser criados pelo Governo do Estado.

(a) RENI PEREIRA

Apoioamento:

Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Dr. Luciano Ducci e Elio Rusch.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 701/2003, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que dispõe sobre a proibição da realização da cirurgia de cordotomia em animais e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 135/2004, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de Utilidade Pública a Instituição Semeiar, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 033/2004, de 27/04/2004).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 135/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, declara de Utilidade

Pública a Instituição Semeiar, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18.05.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOCELITO CANTO - Relator

Aprovado.

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação. Os Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Solicito ao 1½º Secretário que faça a contagem.

Vinte Deputados aprovam.

Os Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Uma abstenção, do Deputado Neivo.

Não há quórum para continuar a votação, simplesmente para continuar com os pronunciamentos dos Deputados.

Consulto se algum Deputado quer fazer algum pronunciamento.

Sobre a mesa, Requerimento nº 893, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente de Sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 905, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 017/2004.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 701/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 706/2003; 050, 065, 135, 136, 144, 146 e 158/2004 e do Projeto de Resolução nº 008/2004.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 006 e 013/2004.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissões:**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES****2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Aos seis dias do mês de abril de dois mil e quatro, no Auditório da UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa, às 18h00, foi realizada Audiência Pública para discussão sobre a suspensão dos concursos vestibulares e a falta de professores nas Universidades do Estado do Paraná, especificamente a Universidade Estadual de Ponta Grossa. Anunciada a composição da Mesa com a presença de representantes dos acadêmicos, dos professores, dos servidores e dos Sindicatos, e também a presença dos Deputados Jocelito Canto e Tadeu Veneri e do Reitor Paulo Godoy. Em seguida, passou-se a palavra ao Deputado Tadeu Veneri, que presidirá esta audiência, esclarecendo que o objetivo desta Comissão é buscar entendimento entre o Governo do Estado e as Universidades, na tentativa de solucionar a contento as reivindicações. Na sequência, o Magnífico Reitor Paulo Godoy fez sua explanação sobre a iniciativa louvável desta Comissão em discutir as situações nas Universidades, esclarecendo também, que esta Reitoria organizará concurso público para contratação de professores titulares a partir de dezembro, conforme determinação legal, e que esta Universidade prestou informações à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para que o teste seletivo para contratação de professores colaboradores fosse aprovado. Logo após, a professora Milena fez sua declaração para que seja refletido e discutido o conceito de Universidade como instituição social específica de produção do conhecimento ou como organização voltada para o mercado, como sugere o Plano de Reestruturação do Governo do Estado. O Deputado Jocelito Canto esclarece a necessidade de se discutir os problemas das Universidades, fazendo críticas ao Governo em relação à falta de professores e ao fechamento do curso de Medicina. Na sequência, o Sr. Presidente destinou espaço para que fossem realizados questionamentos ou sugestões pelos senhores presentes nesta audiência. Para encerrar, o Sr. Presidente reafirmou que esta Comissão tem o compromisso de promover audiências nas sedes das Universidades para expor a intenção do Governo e também ouvir o corpo docente e a comunidade da região, conforme consta em gravação em fitas cassetes, fazendo parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar, eu, Solange Mann, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU VENERI - Presidente
Solange Mann - Secretária

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES****2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, na Sala de Reuniões das Comissões, presidida pelo Sr. Deputado Tadeu Veneri, com a presença dos seguintes Srs. Deputados: Cida Borghetti, Nelson Tureck, Barbosa Neto, Ratinho Júnior e Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu início aos trabalhos, passando à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 13/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 65/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Relator: Deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 50/2004, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Relator: Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Indicação nº 13/2004, de autoria da Deputada Elza Correia. Relator: Deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 06/2004, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães. Relator: Deputado Ratinho Júnior. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar, eu, Solange Mann, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU VENERI - Presidente
Solange Mann - Secretária

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
TERMO DE ATA**

Aos onze dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Hermes Fonseca e com a presença dos Deputados Jocelito Canto e Tadeu Veneri. Não havendo número legal, declarou-se transferida a presente reunião. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei o presente Termo de Ata, que após lido e aprovado será assinado pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária de Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
07ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes Deputados: Antonio Anibelli, Tadeu Veneri, Jocelito Canto, Barbosa Neto, Marcos Isfer, Delegado Bradock, Dr. Luciano Ducci, Chico Noroeste, Durval Amaral, Duílio Genari, Neivo Beraldin, Elza Correia, Pedro Ivo Ilkiv, Nelson Tureck e Vanderlei Iensen. Havendo número legal, o Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última reunião ordinária e o Termo de Ata da reunião anterior em votação, após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Duílio Genari - APROVADA. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 256/2003, de autoria do Deputado Natálio Stica. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Marcos Isfer à Emenda de Plenário - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 157/2003 de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri à emenda de Plenário - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 482/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão. O Deputado Marcos Isfer requer DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública e DETRAN - Deferido pelo Presidente; 04) Projeto de Lei nº 725/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão. O Deputado Antonio Anibelli acata sub-emenda do Deputado Pedro Ivo Ilkiv à Emenda de Plenário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Anibelli na forma da sub-emenda anexa - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 32/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 33/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos. O Deputado Tadeu Veneri solicita VISTAS - CONCEDIDA pelo Presidente. 07) Projeto de Lei nº 37/2004, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto, na forma da emenda anexa - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 42/2004, de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto, na forma da emenda anexa - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 43/2004, de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto, na forma da emenda anexa - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 47/2004, de autoria do Deputado Waldir Leite. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Durval Amaral, na forma da emenda anexa - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 50/2004, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Durval Amaral - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 51/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Durval Amaral - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 55/2004, de autoria do Deputado Durval Amaral. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 57/2004, de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Dr. Luciano Ducci - APROVADO; 15) Projeto

de Lei nº 58/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Dr. Luciano Ducci - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 64/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Dr. Luciano Ducci, na forma da emenda anexa - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 65/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Marcos Isfer - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 70/2004, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Dr. Luciano Ducci - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 99/2004, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Anibelli - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 100/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Anibelli - APROVADO. O Presidente consulta os Deputados sobre a inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 02/2004 e coloca em votação - APROVADA a inclusão; 21) Projeto de Lei nº 02/2004, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Marcos Isfer às Emendas de Plenário, na forma da sub-emenda anexa - APROVADO; 22) Proposição-Veto nº 35/2004, de autoria do Poder Executivo - veta parcialmente o Projeto de Lei nº 003/2004, de autoria do Poder Executivo. O Deputado Delegado Bradock solicita VISTAS - concedida pelo Presidente; 23) Projeto de Lei nº 570/2003, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 416/2003, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 106/2004, de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 113/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

Ata de CPI:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DAS UNIVERSIDADES ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro, no auditório Luiz Gabriel Guimarães Sampaio (Plenarinho) da Assembléia Legislativa do Paraná, sob a Presidência do Deputado Delegado Bradock, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito das Universidades. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, submetendo à aprovação

a Ata da reunião anterior. APROVADA. A seguir o Sr. Presidente solicitou aos Srs. Darci Santos, Gabriel Inácio Kravchychyn e Nadir Laidane que se dirigissem ao lugar destinado aos depoentes e fizessem a leitura do termo de compromisso. Em seguida os mesmos passaram a ser acareados. O Deputado Neivo Beraldin, relator da Comissão, indagou aos depoentes se concordariam de livre e espontânea vontade com a quebra de seus sigilos bancário, fiscal e telefônico. Os depoentes responderam afirmativamente, e assinaram o termo de compromisso neste sentido. No decorrer da acareação, a Comissão entendeu indispensável a convocação do ex-Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Roberto Frederico Merhy e do Pró-Reitor da referida instituição, Ítalo Grande, bem como a reconvocação dos Srs. Darci Santos, Gabriel Inácio Kravchychyn e Nadir Laidane. A íntegra das perguntas dos Deputados e as respostas dos acareados, constam das notas taquigráficas que passam a fazer parte desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente Deputado Delegado Bradock, encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, demais Deputados membros presentes à reunião e por mim, Alan Marcos Andrade, Secretário da Comissão.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente
Alan Marcos Andrade - Secretário

Pauta da CCJ:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PAUTA 25/05/2004 ÚLTIMO PRAZO

Projeto de Lei nº 688/2003, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que dispõe sobre o funcionamento das Regiões Metropolitanas do Estado do Paraná. **Relator: Deputado Elton Carlos Welter, designado em 06.05.2004.**

Projeto de Lei nº 19/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que proíbe o uso de herbicida derivado dimetilamina no Estado do Paraná. **Relator: Deputado Elton Carlos Welter, designado em 30.03.2004. Vistas aos Deputados Jocelito Canto, Delegado Bradock, Marcos Isfer e Durval Amaral, em 27.04.2004.**

Projeto de Lei nº 23/2004, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que cria no âmbito das Polícias Civil e Militar o Auxílio-Moradia e Transporte para os servidores públicos na ativa que ganham até R\$1.500,00. **Relator: Deputado José Maria Ferreira, designado em 14.04.2004. Vistas ao Deputado Jocelito Canto, em 27.04.2004.**

Projeto de Lei nº 24/2004, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que transforma o pelotão da Polícia Militar de Rio Negro em Companhia. **Relator: Deputado José Maria Ferreira, designado em 13.04.2004. Vistas ao Deputado Jocelito Canto, em 27.04.2004.**

Projeto de Lei nº 25/2004, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que cria um posto de atendimento do Corpo de Bombeiros com sede em Rio Branco do Sul. **Relator: Deputado Elton Carlos Welter, designado em 13.04.2004. Vistas ao Deputado Tadeu Veneri, em 18.05.2004.**

Projeto de Lei nº 26/2004, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que cria em caráter emergencial um posto de atendimento do Corpo de Bombeiros na Cidade de Laranjeiras do Sul. **Relator: Deputado Elton Carlos Welter, designado em 13.04.2004. Vistas ao Deputado Tadeu Veneri, em 18.05.2004.**

Projeto de Lei nº 34/2004, de autoria do Deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo, por intermédio da COPEL ou subsidiária, adquirir o controle das Centrais Elétricas do Rio Jordão. *** **Regime de Urgência. Relator: Deputado Delegado Bradock, designado em 14.04.2004. Vistas ao Deputado Dr. Luciano Ducci, em 18.05.2004.**

Projeto de Lei nº 56/2004, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que estabelece prioridade de pagamento de precatórios do Estado do Paraná às pessoas com mais de 65 anos. **Relator: Deputado José Maria Ferreira, designado em 06.05.2004. Vistas ao Deputado Tadeu Veneri, em 18.05.2004.**

Projeto de Lei nº 69/2004, de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli, que cria altera a denominação da entidade beneficiada pelo plano de aplicação da Lei nº 14.275/2003 - Orçamento. **Relator: Deputado Marcos Isfer, designado em 13.04.2004.**

Projeto de Lei nº 73/2004, de autoria do Deputado Ailton Araújo, que institui no Estado do Paraná o Festival Estadual de Música Gospel, destinado a fomentar a divulgação deste gênero musical. **Relator: Deputado Nelson Justus, designado em 06.05.2004.**

Projeto de Lei nº 74/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Santa Izabel do Ivaí. **Relator: Deputado Nelson Justus, designado em 06.05.2004.**

Projeto de Lei nº 75/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que revoga dispositivos da Lei nº 12.355/98 - autorizou o Poder Executivo a implementar reestruturação societária da COPEL. **Relator: Deputado**

José Maria Ferreira, designado em 06.05.2004. Vistas ao Deputado Jocelito Canto, em 18.05.2004.

Projeto de Lei nº 76/2004, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de aumento de capital social da SANEPAR. **Relator: Deputado Antonio Anibelli, designado em 06.05.2004. Vistas aos Deputados Jocelito Canto, Barbosa Neto e Tadeu Veneri, em 18.05.2004.**

Projeto de Lei nº 78/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a determinar providências para regulamentar a exposição pública de revistas e quaisquer outras publicações cujas capas provoquem constrangimentos de ordem social aos clientes de bancas de Jornais e Livrarias. **Relator: Deputado Nelson Justus, designado em 06.05.2004.**

Projeto de Lei nº 79/2004, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que denomina a Rodovia PR-041 de Rodovia da Maçã. **Relator: Deputado Elton Carlos Welter, designado em 06.05.2004.**

Projeto de Lei Complementar nº 81/2004, de autoria do Poder Executivo altera dispositivos para instituição da modalidade diárias, a título de indenização de despesas de alimentação e pousada. **Relator: Deputado Antonio Anibelli, designado em 06.05.2004. Vistas aos Deputados Jocelito Canto e José Maria Ferreira em 18.05.2004.**

Projeto de Lei nº 82/2004, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que proíbe jogos que estimulam a violência no Estado do Paraná. **Relator: Deputado Delegado Bradock, designado em 06.05.2004. Vista ao Deputado José Maria Ferreira em 18.05.2004.**

Projeto de Lei nº 90/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que regulamenta a prestação de serviços técnicos em implantação de redes de cabeamento estruturado em computação de transmissão de dados - CREA. **Relator: Deputado José Maria Ferreira, designado em 06.05.2004.**

Projeto de Lei nº 94/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que autoriza o Poder Executivo a criar uma CIRETRAN no Município de General Carneiro. **Relator: Deputado Elton Carlos Welter, designado em 06.05.2004.**

Projeto de Lei nº 95/2004, de autoria do Deputado Durval Amaral e outros, que faculta aos pequenos agricultores de produtos orgânicos deste Estado, a obtenção de subsídios junto ao Poder Executivo, para o plantio de cada safra. **Relator: Deputado Marcos Isfer, designado em 06.05.2004.**

Projeto de Lei nº 98/2004, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que faculta às Prefeituras Municipais onde não exista agência/Posto de atendimento de bancos oficiais, efetuar movimentações financeiras nas cooperativas de crédito. **Relator: Deputado Elton Carlos Welter, designado em 06.05.2004.**

Projeto de Lei nº 101/2004, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que denomina de Rodovia Miguel Nasser, o trecho da PR-405, que liga os Municípios de Morretes e Guaraqueçaba. **Relator: Deputado Marcos Isfer, designado em 06.05.2004.**

Projeto de Lei nº 103/2004, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que dispõe sobre concessão de benefício especial aos ex-servidores estatutários do Estado do Paraná. **Relator: Deputado Tadeu Veneri, designado em 06.05.2004. Vistas ao Deputado José Maria Ferreira em 18.05.2004.**

Projeto de Lei nº 112/2004, de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci, que determina o direito da gestante, atendida pelo SUS no Paraná, a exame de detecção do HIV na gestão e/ou parto. **Relator: Deputado Tadeu Veneri, designado em 06.05.2004. Vistas ao Deputado Delegado Bradock em 18.05.2004.**

Proposição Veto nº 37/2004, de autoria do Poder Executivo, que veta parcialmente o Projeto de Lei nº 158/2003 de autoria do Deputado Nereu Moura que dispõe a obrigatoriedade do Governo do Estado em prestar informações detalhadas a todas as pessoas residentes no território paranaense em relação à arrecadação de ICMS, FPM e IPVA, através das faturas de energia elétrica e água. **Relator: Deputado Duílio Genari, designado em 06.05.2004.**

Proposição Veto nº 38/2004, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 574/2003 de autoria da Deputada Elza Correia, que dispõe sobre a cobrança de valores para a inscrição em concursos públicos realizados pela Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado. **Relator: Deputado Duílio Genari, designado em 06.05.2004.**

Proposição Veto nº 39/2004, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 233/2003 de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a denominação da entidade beneficiada pelo plano de aplicação da Lei nº 13.980/2002. **Relator: Deputado Duílio Genari, designado em 06.05.2004.**

Proposição Veto nº 40/2004, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 292/2004 de autoria do Deputado Mauro Moraes que dispõe sobre benefícios para doadores de sangue. **Relator: Deputado Duílio Genari, designado em 06.05.2004.**

Proposição Veto nº 41/2004, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 653/2003 de autoria do Deputado Chico Noroeste, que institui o Programa Estadual de Bolsa de Estudo, Denominado Bolsa-Universidade. **Relator: Deputado Duílio Genari, designado em 06.05.2004.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA
RELAÇÃO DOS PROJETOS E
RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 360/2003, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que dispõe sobre a prescrição de medicamentos genéricos nos estabelecimentos do sistema de saúde estadual e credenciados. **Emenda de Plenário. Relator: Deputado Dr. Luciano Ducci, designado em 20.05.2004.**

Projeto de Lei nº 695/2003, de autoria do Deputado Reni Pereira, que renumera o Parágrafo Único do artigo 1º da Lei nº 14.087/2003 - Instituir o Programa Luz Fraterna. **Emenda de Plenário. Relator: Deputado Marcos Isfer, designado em 20.05.2004.**

Projeto de Lei nº 724/2003, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que dispõe sobre a normatização da interrupção no fornecimento de água aos consumidores residenciais em inadimplência no Estado do Paraná. **Emenda de Plenário. Relator: Deputado Durval Amaral, designado em 20.05.2004.**

Projeto de Lei nº 04/2004, de autoria do Tribunal de Justiça, que cria cargos na estrutura do quadro de servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria de Estado de Justiça. **Relator: Deputado Hermes Fonseca, designado em 20.05.2004.**

Projeto de Lei nº 91/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre o fornecimento de medicamentos, instituindo o Programa de Fornecimento de Medicamentos para pessoas Hipossuficientes, portadoras de doenças crônicas e de necessidades especiais, bem como pacientes transplantados no Estado do Paraná. **Relator: Deputado Delegado Bradock, designado em 20.05.2004.**

Projeto de Lei nº 96/2004, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães e outros, que modifica a Lei nº 11.911/97 - transporte gratuito aos portadores de deficiência. **Relator: Deputado Dr. Luciano Ducci, designado em 20.05.2004.**

Projeto de Lei nº 116/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que concede o direito a todas as servidoras públicas do Paraná, às empregadas da iniciativa privada, bem como às trabalhadoras domésticas, a uma folga anual para realização de exames de controle do

câncer de mama e do colo de útero. **Relator: Deputado Delegado Bradock, designado em 20.05.2004.**

Projeto de Lei nº 117/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que torna obrigatório a todos os locais que tenham atividades culturais, esportivas e de lazer em geral, concederem 50% de desconto nos ingressos para os idosos. **Relator: Deputado José Maria Ferreira, designado em 20.05.2004.**

Projeto de Lei nº 119/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que isenta do pagamento da tarifação de transporte de portadores de doenças renais crônicas e pacientes de hemodiálise nas linhas intermunicipais administradas pelo DER. **Relator: Deputado José Maria Ferreira, designado em 20.05.2004.**

Projeto de Lei nº 123/2004, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar terreno à Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. **Relator: Deputado Delegado Bradock, designado em 20.05.2004.**

Indicação Legislativa nº 17/2004, de autoria do Deputado Durval Amaral, que sugere o acréscimo de vagas nos Conselhos Administrativos e Consultivos dos entes da Administração Direta e Indireta. **Relator: Deputado Marcos Isfer, designado em 20.05.2004.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA
RELAÇÃO DOS PROJETOS
DE UTILIDADE PÚBLICA

Projeto de Lei nº 630/2003, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Moradores do Bairro Jacutinga, com sede no Município de Mariluz e foro no Município de Cruzeiro do Oeste. **Relator: Deputado Jocelito Canto, designado em 20.05.2004.**

Projeto de Lei nº 71/2004, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que declara de Utilidade Pública a Associação Tropeiros da Paz, com sede e foro no Município de Clevelândia. **Relator: Deputado Jocelito Canto, designado em 20.05.2004.**

Projeto de Lei nº 132/2004, de autoria do Deputado Waldir Leite, que declara de Utilidade Pública o Centro Experimental de Estudos Espíritas Dr. Leocádio José Correia, com sede e foro em Paranaguá. **Relator: Deputado Jocelito Canto, designado em 20.05.2004.**

Projeto de Lei nº 134/2004, de autoria do Deputado Carlos Simões, que altera a redação da Lei nº 10.940, que declarou de Utilidade Pública a Associação para o Menor-Amen, com sede e foro no Município de

São João do Triunfo. **Relator: Deputado Jocelito Canto, designado em 20.05.2004.**

Projeto de Lei nº 166/2004, de autoria do Deputado Waldir Leite, que declara de Utilidade Pública a

APM da Escola Municipal Luiz Antonio Amatzuzi de Pinho, com sede e foro no Município de Pontal do Paraná. **Relator: Deputado Jocelito Canto, designado em 20.05.2004.**